

URBANISMO

Um guia para o Ensino Secundário 10º, 11º e 12º anos

Organização
Mário Moutinho
Ana Bordalo
Fernando J. Moreira
Fernando Varanda
Leopoldo Vaz
Manuel Farinha

CESU/ ULHT
Lisboa 2001

SUMÁRIO

Introdução	4
1- Um pouco de história do Urbanismo	6
2- A percepção e o espaço urbano	17
3- O urbanismo e as outras profissões	24
4- O direito do urbanismo	27
5- Os Planos como meio de intervenção do Urbanismo	30
6- A Economia Urbana	41
Anexos	
a)- Caracterização da profissão de Urbanista DGEFP	49
b)- Conselho Europeu dos Urbanistas Documento fundador	54
c)- Cidades Europeias Sustentáveis Relatório Grupo De Peritos Sobre O Ambiente Urbano Comissão Europeia, Direcção-Geral XI, Bruxelas, Março De 1996.	63
Referências na Internet	66
Bibliografia	69
Fontes das ilustrações	71

A discussão sobre a essência do urbanismo, se é arte ou ciência, não tem sentido. Não tem sentido, porque a distinção e a oposição das categorias da arte e da ciência já não nos interessa. Pertence a um esquematismo cultural superado, não serve mais para esclarecer, mas apenas para confundir as ideias. O urbanismo é uma disciplina nova que pressupõe a superação desse esquematismo; para ser mais preciso, ele colocou-o e superou-o por conta própria, no próprio processo de formação.

Sem dúvida, a nova disciplina formou-se, como sempre acontece, utilizando materiais da cultura precedente. Podemos dizer, portanto, que tem uma componente científica, no sentido tradicional do termo, porque efectua análises rigorosas sobre a condição demográfica, económica, produtiva, sanitária, tecnológica dos agregados sociais; tem uma componente sociológica, porque estuda as estruturas sociais e seus desenvolvimentos previsíveis; tem uma componente política, porque influi sobre esses desenvolvimentos orientando-os em certas direcções; tem um componente histórico, porque considera as situações sociais na dupla perspectiva do passado e do futuro; e tem, enfim, uma componente estética, porque termina sempre na determinação de estruturas formais.

O que distingue o urbanismo de qualquer outra disciplina institucionalizada não é certamente a qualidade dos seus conteúdos, mas o processo com que os elabora, os coloca em relação dialéctica entre si, os organiza em um sistema cujas diversas componentes dão lugar a uma resultante. A resultante não é um quadro estatístico nem a representação sintética de uma situação social de facto ; é um programa, um plano, um projecto tendo em vista a mudança de uma situação de facto reconhecida como insatisfatória. Trata-se, porém, de saber o que e com que fim se programa, se planeia, se projecta (Giulio Argan, História da Arte como História da Cidade, p 211)

INTRODUÇÃO

O presente Guia tem por objectivo principal proporcionar um entendimento de conjunto em relação às muitas matérias do foro do Urbanismo dispersas por vários manuais do Ensino secundário, sobretudo de História, Geografia e Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social.

Trata-se de matérias relacionadas com questões urbanísticas cujo conteúdo faz todo o sentido a este nível de escolaridade: noção de cidade, hierarquia de funções, redes urbanas, elementos básicos do traçado urbano, fenómenos relacionados com a expansão urbana, infra-estruturas sociais urbanas, requalificação e reabilitação transportes, relação urbano/rural e tantas outras, que, por certo, ajudam os jovens a melhor compreender o meio em que vivem.

Essas matérias aparecem no entanto descontextualizadas da área científica que lhes dá sentido, provocando um parcelamento de conhecimentos, em nosso entender, limitador..

Assim é nosso entender que as matérias referidas e outras por certo, ganharão um novo sentido, se enquadradas dentro do pensamento urbanístico que as fundamenta.

O Urbanismo, há muito que se constitui como uma área científica autónoma, marcando a sua especificidade, pelo menos tanto, quanto afirmando o seu carácter pluridisciplinar.

O urbanismo é antes de mais o Facto urbano, ou seja, por um lado o Urbanismo é a realidade do espaço urbano, (cidadino ou rural) e as suas manifestações concretas e por outro lado, é também todo o pensamento, estudo e investigação que nos permitem agir, planejar e gerir.

Dessa realidade formal e teórica resulta um processo de intervenção que se manifesta duplamente no planeamento urbano concreto e no seu entendimento. Enfim devemos entender o Urbanismo como a resultante da dialéctica entre o facto(o que existe), o pensamento (a nossa percepção) e a acção (planejar, construir, remodelar...).

Assim se compreende que o Urbanismo como qualquer outra ciência, transforma-se cada dia ,tanto quanto o mundo em que vivemos se altera.

O direito ao Urbanismo é também um direito de cidadania, à condição que o jovem, o cidadão, esteja alerta para olhar de forma crítica, ou seja de forma consciente, o espaço onde vive ou que percorre. É necessário que cada um possa distinguir “o trigo do joio” e que para isso tenha termos de comparação e termos de referencia.

Para podermos avaliar e agir de forma sustentável, sobre a qualidade do espaço em que vivemos é preciso poder compará-lo com outras realidades ou seja é necessário que haja uma Educação para o Urbanismo, para o olhar sobre o espaço urbano.

Só através dessa educação se pode aprender a reconhecer elementos e qualidades, aprender a memória e a história de cada lugar, compreender o sentido do seu desenvolvimento e também as suas carências e irresponsabilidades.

Neste âmbito este Guia pretende apenas fornecer elementos de referencia sobre o URBANISMO, a profissão de URBANISTA, e a necessidade de desenvolver no nosso país formação específica de nível Universitário da qual a sociedade portuguesa está carente.

Entre nós a Educação para o facto Urbano não existe verdadeiramente, mas isso não nos deve impedir de reconhecer que é necessário aprender a olhar o espaço em que vivemos de forma consciente. E esta aprendizagem não diz apenas respeito aos jovens. Ela devia ser aplicada a todas as idades e a todas as profissões, em particular àquelas que intervêm na criação do espaço urbano.

Quem sabe se um dia não será criada uma disciplina de Urbanismo no Ensino secundário?

1- Um pouco de história do Urbanismo

Embora haja ainda muito a descobrir sobre o que terão sido as primeiras cidades, há vestígios que testemunham a preocupação com a organização hierarquizada dos espaços desde pelo menos o 4º milénio antes de Cristo. É nos vales dos grandes rios - do Nilo, no Egipto, ao Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, ao Indo, na Índia, e ao Huang-Ho, na China - que se encontram os aglomerados que representam, mais que pelo seu tamanho, a cidade como resultado de "uma enorme mobilização de vitalidade, poder e riqueza", como diz Lewis Mumford. Isto corresponde em geral a definições precisas de espaços construídos e de espaços de circulação, em malhas ordenadas, de que o exemplo mais marcante é a retícula de vias ortogonais, com espaços focais destinados às presenças mais importantes da cidade, normalmente o palácio ou o templo. Na Índia, por exemplo, os princípios de planeamento da cidade estão descritos na literatura mais antiga, segundo mandalas (padrões concêntricos de forte componente mística) de vários tipos.

Na Europa, os exemplos mais bem preservados e documentados datam do período grego e, posteriormente, da civilização romana. Estas civilizações - particularmente a grega, onde a cidade-estado constituía uma unidade política independente - dispunham de sólidas estruturas cidadinas. Em ambas as civilizações podemos observar a presença de um plano reticulado, obviamente pré-determinado, cujos pontos de convergência são a *ágora*, na Grécia e o *fórum*, em Roma.

A *ágora* era o local destinado ao encontro dos cidadãos que aí votavam as decisões públicas. Era uma praça de grandes dimensões que servia simultaneamente de mercado, local de informação e de convívio; diz-se que a primeira coisa que os gregos faziam para começar o dia era dirigirem-se para a *ágora* e perguntar: *ti kainon*? (quais são as novidades?). A *ágora* não era predominantemente um centro administrativo, ainda que contivesse funções administrativas.

O *fórum* romano, por outro lado, embora fosse igualmente um lugar de encontro dos cidadãos, destinava-se originalmente à concentração das funções administrativas e judiciais.

Em ambas as civilizações o plano reticulado tinha a finalidade de racionalizar a organização do casario e propiciar a circulação desafogada de veículos de tracção animal. Tanto no caso do *fórum* como no da *ágora*, o acesso era reservado exclusivamente a peões.

No período seguinte à queda do Império Romano do Ocidente, conhecido como Idade Média, a cidade perdeu importância em relação ao campo. Isto deveu-se, de certo modo, à repartição de terras por chefes militares que se foram tornando cada vez mais poderosos e independentes do poder real, sediado na cidade. A economia da cidade, dependente da importância e variedade do comércio, viu-se limitada à produção rural ao serviço dos senhores da terra. Ainda assim, o mercado da cidade era o ponto de convergência para as trocas entre os aglomerados rurais na sua esfera de influência.

Outra origem de aglomeração humana é a importância da religião, pelos movimentos de população a ela associados - nomeadamente as peregrinações. A religião e o mercado, intimamente ligados, deram forma a uma nova estrutura cidadina: uma cidade desenvolvida incrementalmente a partir de um centro, em torno dos seus factores de desenvolvimento, e em que raras vezes há uma administração empenhada em fazer cumprir um plano prévio global como se verificou nas cidades gregas e romanas. Qualquer forma de "planeamento" em tais cidades surge como resposta para problemas

imediatos, encontrando-se as soluções à medida que as áreas habitadas se vão desenvolvendo.

A visão global manifesta-se, numa época de constantes guerras entre chefes locais, sobretudo pela delimitação de território por muralhas defensivas dentro das quais as cidades se confinam, o que contribuiu para o aspecto compacto que as caracteriza: ruelas estreitas, edifícios altos, etc.

O passo seguinte deu-se com a restauração do poder central, coincidindo este aproximadamente com o fim da Idade Média e a abertura do comércio a outros países. Este período atingiu o seu auge entre os meados do século XVII e os meados do século XVIII na Europa. A sua expressão mais característica, no planeamento urbano, é-nos dada pelo plano "radial", onde os principais pontos de atracção da cidade se encontram no centro e para os quais as ruas convergem radialmente. Neste espaço central situavam-se a sede do poder autárquico (ou o próprio paço real), a igreja e o mercado.

No período barroco, a combinação de uma grelha ortogonal com uma estrutura radial manifesta-se por uma característica específica: o *trivium* (isto é, três vias) convergindo para uma praça principal. Ao mesmo tempo, as geometrias radiais eram, na Europa, aplicadas sobretudo no desenho de grandes jardins e parques.

Os estabelecimentos coloniais a partir do séc. XVI representam normalmente esquemas urbanos bem definidos para alojar a população mínima prevista que assegura a própria ocupação colonial. A disposição em quadrícula responde geralmente bem a estes requisitos, permitindo, ao mesmo tempo, uma hierarquização em classes dos residentes a partir de um espaço central. Isto já acontecera com as colónias gregas e romanas e acontece nesta época com as potências coloniais da Europa.

A América, que pôs em prática os planos radiais barrocos, como exemplificado em Washington e Annapolis, trouxe um novo tipo de grelha baseada em razões de desenvolvimento imobiliário e vantagens económicas na subdivisão do território. O plano reticulado assim concebido oferecia inúmeras vantagens tanto para os projectistas, pela seu carácter imediato e simplicidade de execução, como para os mediadores na venda dos terrenos que assim obtinham enormes lucros.

A partir do século XIX, com o crescimento da actividade industrial, as cidades recebem largas camadas da população. Os planos reticulados respondem eficazmente à necessidade de "armazenar" pessoas que dependiam da oferta de trabalho da cidade e de fazer circular o trânsito veicular da época.

Com a consciência das deficiências de uma estrutura urbana cujo desígnio se limitava a arrumar pessoas em prédios e reduzir os espaços públicos aos canais essenciais à sua circulação, surgiram iniciativas para mudar a má imagem destas cidades: uma delas foi a introdução de grandes parques urbanos, como o *Central Park* de Nova Iorque. Outra, a abertura de grandes avenidas, criando uma superestrutura viária que rompia as intrincadas malhas do crescimento orgânico, como aconteceu com o plano de Haussman para Paris. Estes exemplos reflectem atitudes opostas na relação da cidade com os seus habitantes: serviço aos cidadãos ou imagem do poder.

O desenvolvimento da indústria no século XIX provocou em muitas partes da Europa um crescimento da população citadina nunca visto até então, enquanto que os campos e a agricultura eram abandonados

Por exemplo Londres passou de uma população de 800.000 habitantes no início do século XIX para 4.000.000 de habitantes cem anos mais tarde. O número de cidades inglesas com mais de 100.000 habitantes passou de 2 para 30. Na Alemanha este valor foi de 2 para 28 e na França de 3 para 12.

Com tão grande aumento de espaço citadino, assistiu-se então à transformação profunda dessas cidades revelando a existência de problemas de difícil solução, como

por exemplo o dos transportes, infra-estruturas de fornecimento de energia, esgotos, qualidade ambiental, segurança e muitos outros.

Na região de Lisboa já no século XXI a rede de metropolitano é insuficiente, várias partes da cidade está sujeita a inundações e por todo o lado se encontram bairros degradados novos e antigos e bairros de lata. Na falta de parqueamentos, os automóveis são estacionados em cima dos passeios de peões.

Problemas idênticos e em graus diferentes atingem as restantes cidades portuguesas.

Mas o aumento da população das cidades no século passado ligado ao facto de que a exploração da mão de obra adulta e infantil determinava baixos níveis de vida e a consequente existência de processos de degradação ambiental. Muitos pensadores da época, denunciaram e analisaram essa situação de formas diferentes. *“Uns são inspirados por sentimentos humanitários: são dirigentes municipais, homens da Igreja, principalmente médicos e higienistas, que denunciam, com o apoio de fatos e números, o estado de deterioração física e moral em que vive o proletariado urbano. Publicam séries de artigos em jornais e revistas, particularmente na Inglaterra, onde a situação é mais aguda (...) O outro grupo de polemistas é constituído por pensadores políticos. Frequentemente, suas informações são de uma amplitude e precisão notáveis. Engels, em particular, pode ser considerado como um dos fundadores da sociologia urbana. Se nos reportarmos às análises de A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (...); constatamos que, além de suas próprias pesquisas, feitas meses a fio nos slums de Londres, Edimburgo, Glasgow, Manchester, ele utiliza sistemática e cientificamente todos os testemunhos disponíveis: relatórios de polícia, artigos de jornais, grandes obras, como também os relatórios das Comissões Reais, que Marx utilizará vinte anos depois em O Capital. Nesse grupo de pensadores políticos, os espíritos mais diversos, ou até opostos, Matthew Arnold e Fourier, Proudhon e Carlyle, Engels e Ruskin, reúnem-se para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação (...), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções "para o maior número". (Françoise Choay pp. 5-6)*

Em relação aos pensadores políticos Françoise Choay, pôs em evidência duas grandes linhas do pensamento urbanístico: Progressista e Culturalista. A primeira expressa nas obra de Owen, Fourier, Richardson, Cabet, Proudhon e Tony Garnier, tem por base o entendimento de que o Urbanismo se destina a satisfazer as necessidades do Homem habitante da cidade industrial. E para estes pensadores a revolução industrial é o facto que trará o bem estar e o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Este grupo de pensadores daria origem a toda uma concepção do lugar do homem e do urbanismo na sociedade tendo como objectivo principal a melhoria das condições de vida nas cidades e seus subúrbios

Por isso proponham que o traçado urbano fosse definido conforme a classificação das principais funções: Habitat, Trabalho (industrial, liberal e agrícola), Cultura e Lazer

E por oposição à fealdade das cidades dessa época, os traçados deveriam valorizar a estética entendida como decorrente da forma geométrica. Por oposição ao caos das ruas estreitas, lamacentas e fétidas, onde se arrastava um proletariado

miserável, ladeados por prédios sobrelotados e sem as mínimas condições de higiene e de privacidade, proponham a simplicidade geométrica, racional e compreensível.

Reconhece-se hoje a importância que a cidade industrial teve sobre todo o Urbanismo nela podendo ser encontradas relações profundas com a obra de Gropius, dos construtivistas soviéticos e da escola de Le Corbusier.

Esta abordagem foi de certa forma exposta num documento doutrinário de referência que é a Carta de Atenas, elaborada por um movimento (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna) que a partir dos anos 30 colocou o Urbanismo no centro das suas preocupações. Para estes pensadores também as necessidades humanas são as mesmas quatro já enunciadas: Habitar, trabalhar, deslocar-se e cultivar o corpo e o espírito.

E sendo estes, princípios universais, as propostas urbanísticas aí encontram o seu fundamento não precisando de se submeter nem às características dos locais, história, cultura, morfologia do território etc.. Teoricamente as necessidades humanas sendo universais também as soluções urbanísticas seriam idênticas em qualquer lugar. *Estes objectivos levarão os urbanistas progressistas a fazer o velho espaço fechado explodir para desdensificá-lo, para isolar no sol e no verde edifícios que deixam de ser ligados uns aos outros para tornar-se "unidades" autónomas. A consequência maior é a abolição da rua, estigmatizada como um vestígio de barbárie, um anacronismo revoltante. Paralelamente, a maior parte dos urbanistas preconizarão a construção elevada, para substituir a continuidade dos velhos imóveis (...) Para que a cidade possa preencher essa função de instrumentalidade, deve ser "classificada", analisada, cada função sua deve ocupar uma área especializada. Seguindo Tony Garnier, os urbanistas progressistas separam cuidadosamente as zonas de trabalho das zonas de habitat, e estas dos centros cívicos ou dos locais de lazer. Cada uma dessas categorias é, por sua vez, dividida em subcategorias igualmente classificadas e ordenadas. Cada tipo de trabalho, burocrático, industrial, comercial recebe sua atribuição.* (Françoise Choay p. 21, 22)

Por seu lado, o modelo dito culturalista considera que o seu ponto de partida não é o Homem isolado mas sim o agrupamento humano, a própria cidade. Os seus mais conhecidos autores são Ruskin, William Morris e Ebenezer Howard autor do conceito da Cidade Jardim.

Na base desta atitude encontramos uma valorização das cidades mais antigas, em particular da cidade medieval onde a escala humana está permanentemente presente e a implantação respeita a morfologia do terreno, a exposição solar e a protecção dos ventos dominantes.

Ainda hoje ninguém é indiferente à descoberta da cidade através das suas ruas estreitas, que desembocam em praças onde elementos de referência –palácios, igrejas ou vistas panorâmicas criam nos visitantes e sobretudo nos habitantes pontos de referência.

A cidade medieval é por excelência a cidade que permite a orientação e por isso facilita a integração / localização de cada um a cada instante. É este carácter humano que fundamenta o pensamento culturalista em Urbanismo e a sua oposição aos modelos ortogonais.

Mesmo quando se trata de cidades novas medievais, onde predomina o traçado ortogonal, essa malha não é rígida pois permite um ordenamento de cada célula ou conjunto de células e sua articulação com as praças e portas de entrada marcadas na muralha protectora a partir da qual o território envolvente pode ser visto sem barreiras. Também teve influência na estruturação desta corrente, o grande interesse da época nas escavações arqueológicas, pelas quais se descobriam realidades espantosas e do Romantismo que revelava e valorizava as raízes da própria sociedade.

É nesta base que podemos enquadrar as propostas de Camillo Sitte, que publicou em 1889 “A arte de construir as cidades”. Este trabalho escrito em contra corrente aos princípios de Haussman em Paris e de Wagner em Viena os quais promoviam a renovação dessas cidades esmagando para isso a cidade existente, Sitte afirmava que só estudando a obra dos percursores se poderia reformar o estado deplorável em que se encontravam as grandes cidades.

A mesma linha de pensamento encontra-se em Ebenezer Howard na sua proposta para a criação de “Cidades-Jardim” que formulou no seu livro “Garden-cities of tomorrow” publicado em 1889 e reeditado em 1902. Pensador e homem de acção, Howard propôs um modelo baseado na cidade auto-suficiente de 30.000 habitantes, rodeada pelo espaço rural e ligada a outras cidades de igual dimensão, compondo entre si uma rede tão vasta quanto as necessidades o determinassem. Estas ideias foram amplamente divulgadas pela Garden-City and Town Planning Association que ele fundou em 1899 e sobretudo beneficiaram da possibilidade de construir uma nova cidade que pode servir de termo de referencia. Para isso adquiriu 1700 hectares de terreno para a construção da Cidade-Jardim de Letchworth, situada a 65 Km a Norte de Londres, tendo confiado a sua execução a Raymond Unwin e a Barry Parker.

Depois da 1ª Guerra Mundial entregou a Louis Soissons a execução do projecto para outra cidade nova denominada Welwyn também situada a Norte de Londres. Estas realizações tiveram uma influência determinante no desenvolvimento do Urbanismo, mostrando que existiam de facto alternativas à cidade industrial e impessoal da corrente denominada de progressista. *Em matéria de construção, nada de protótipos, nem de padrões. Cada construção deve ser diferente das outras, exprimindo assim sua especificidade. O destaque é dado pelos prédios comunitários e culturais, em detrimento da moradia individual. A suntuosidade e o requinte arquitectura daqueles contrastam com a simplicidade desta.*

A cidade do modelo culturalista opõe-se à cidade do modelo progressista por seu clima propriamente urbano. (...) Os modelos progressista e culturalista não se apresentam, bem entendido, em todos os autores e em todos os textos, sob uma forma tão rigorosa e contrastante. (...) Contudo, e este é o ponto importante, todos esses pensadores imaginam a cidade do futuro em termos de modelo. Em todos os casos, a cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre colocada como uma coisa, um objecto reprodutível. É extraída da temporalidade concreta e torna-se, no sentido etimológico, utópica, quer dizer, de lugar nenhum. (Françoise Choay, p.13, 14)

Por outro lado devemos reconhecer que tanto o modelo progressista como o modelo culturalista, são no entanto marcados por uma mesma vontade que é a de resolver os problemas que o crescimento das cidades colocava e , seria sem sentido, colocarmos juízos de valor do tempo presente sobre as propostas formais dos pensadores do urbanismo, de quando se pensava que a industrialização seria a resolução total e final de todos os problemas da Humanidade.

Em ambos os casos no entanto as soluções propostas, têm por base essencialmente um olhar do foro da ideologia e da convicção, mais do que resultante do rigor do estudo e análise cuidadosa das diferentes situações.

Contudo as propostas de Corbusier amputadas e descontextualizadas acabaram por fornecer a matriz para um certo tipo de projecto de habitação social que empilhavam, em torres separadas por pequenos espaços "verdes", os realojados dos sectores económica e socialmente mais débeis, com resultados tais que aconteceu

mesmo ser preferível proceder ao seu arrasamento poucos anos depois da construção (como no caso das malfadadas torres Pruitt-Igoe, no Estados Unidos).

Noutros casos, a sua adaptação não teve resultados assim tão maus (como o caso dos Olivais, em Lisboa, é, de certo modo, um exemplo) talvez por haver maior generosidade na atribuição de espaços verdes, maior integração nas malhas urbanas preexistentes, maior cuidado na concepção arquitectónica e, sobretudo, maior variedade de estratos sociais em coexistência.

Se pretendermos marcar uma diferença entre esse urbanismo e uma outra percepção, do início do século devemos referir o nome de P Geddes e de L. Mumford que puseram em evidência a necessidade de alicerçar o Urbanismo em estudos pluridisciplinares, único meio de assegurar que as soluções seriam adaptadas a cada caso.

Não saberíamos sublinhar o bastante a importância quase revolucionária de pensadores como P. Geddes ou L. Mumford, graças aos quais a complexidade dos problemas colocados em jogo pela criação e desenvolvimento das novas aglomerações impôs-se à consciência contemporânea. Sua influência contribuiu muito, nos países anglo-saxões e sobretudo nos Estados Unidos, para a constituição de um imenso corpus de informação sociológica relativa à cidade: os urban studies. (Françoise Choay p. 41)

Hoje em dia este princípio está generalizado pela maior parte dos países e qualquer trabalho sério de planeamento urbanístico não é pensável sem ter por base um cuidadoso estudo multifacetado sobre o problema que se pretende solucionar.

Portugal esteve à margem do debate Internacional sobre o urbanismo nesta época apesar da à Câmara Municipal de Lisboa ter solicitado a intervenção de urbanistas, internacionalmente reconhecidos, tais como Alfred Agache ou Etienne de Gröer.

Estes foram convidados pelo então Presidente da Câmara e Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Duarte Pacheco, para desenvolverem diversos estudos e planos, nomeadamente o Plano da Região Oeste de Lisboa, o Plano Director de Lisboa ou o Plano de Urbanização da Costa do Sol. Da sua intervenção, que ainda hoje marca a cidade, resultaram, para além das propostas urbanísticas, outras relativas quer à organização da estrutura técnico-urbanística quer a aspectos normativos, nomeadamente projectos de legislação, profundamente inovadores e, no entanto, nunca aprovados. Refira-se, que o trabalho desenvolvido pelos Urbanistas, acima referidos, não se limitou apenas à intervenção na capital, tendo-se estendido a Algés, Cascais, Coimbra, Luanda, Braga e Évora.

A intervenção de urbanistas em Portugal, nomeadamente em Lisboa é, no entanto, um pouco anterior. Com efeito, em 1904, foi concluído o Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa, da autoria de Frederico Ressano Garcia, diplomado, em França, 1869, em Engenharia de "Pontes e Calçadas

Salientemos no entanto a visão do Eng. Duarte Pacheco que na altura por varias vezes salientou a necessidade de desenvolver em Portugal o ensino do Urbanismo. Mas infelizmente. este apelo não foi entendido pelas Universidades.

Na mesma época surgiu, na América, a ideia de "Unidade de Vizinhança" defendida por Perry, ainda herdeira do conceito de Cidade-Jardim, a que, em breve, se seguiriam variações de outros autores. A vantagem do planeamento baseado no conceito de "vizinhança" como unidade básica, consiste em poder aplicá-lo não só a aglomerados projectados de novo mas também a cidades consolidadas, tanto em áreas ainda não construídas como em áreas a renovar. Os princípios enunciados são muito

idênticos e podem ser adaptados a qualquer circunstância, em qualquer país (por exemplo, no caso português identifica-se facilmente a "unidade de vizinhança" com o "bairro").

Além da **Unidade de Vizinhança de Perry**, as abordagens mais importantes desta altura foram a **Unidade de Vizinhança de Clarence Stein**, ilustrada nos "Anéis de Redburn", e o **Plano Nucleado**.

Os seis princípios básicos que, em 1926, Perry enunciava na sua "Teoria da Vizinhança" eram:

1. As artérias principais e as vias de acesso não devem atravessar os bairros residenciais. Estas ruas devem antes funcionar como limites da unidade de vizinhança.
2. O traçado e a construção das ruas internas deve prever becos-sem-saída, projectados em curva, com pavimentos ligeiros, por forma a proporcionar um tráfego tranquilo e pouco intenso preservando assim o ambiente residencial.
3. O ponto de convergência da unidade de vizinhança deve ser a escola básica localizada no centro, em espaço verde, perto de outras instituições cujas áreas de serviço correspondem aos limites da unidade de vizinhança.
4. A população da unidade de vizinhança deve restringir-se ao necessário para assegurar o funcionamento da sua escola básica (quando Perry formulou a sua teoria a população rondava os 5000 habitantes mas o tamanho actual médio de uma escola básica baixaria estes números para 3000-4000 habitantes).
5. As unidades de vizinhança devem ocupar aproximadamente 60 hectares, com uma densidade de 25 famílias por hectare. O seu traçado deve permitir que nenhuma criança tenha de percorrer mais de 800 metros até à escola. Apesar de haver outras considerações que afectam as dimensões de uma unidade de vizinhança, a capacidade escolar e a acessibilidade a pé à escola e a outros equipamentos colectivos, são os factores mais importantes na determinação da sua área.
6. A unidade deve dispor de áreas comerciais, serviços religiosos, uma biblioteca pública e um centro comunitário nas imediações da escola básica.

A Unidade de Vizinhança de Clarence Stein baseia-se nos seguintes princípios:

1. Escolas e parques apropriados num raio de 800 metros de percurso pedonal.
2. As artérias principais na periferia da unidade de vizinhança e não atravessando-a.
3. Separação entre as áreas residencial e não-residencial.
4. População suficiente para assegurar o funcionamento de uma escola básica, normalmente entre 5 e 10 mil habitantes.
5. Algumas lojas e serviços de bairro.

A escola básica é o centro da unidade e situa-se a uma distância radial de 800 metros de todos os moradores do bairro. Perto da escola existe uma pequena área comercial para as necessidades diárias. Grande parte das artérias residenciais são em beco a fim de eliminar trânsito de passagem e o espaço de estacionamento é distribuído

na periferia do unidade de vizinhança. Para cada grupo de três unidades há uma escola secundária e um ou dois centros comerciais; a distância radial a percorrer até qualquer destes equipamentos é 1500 metros.

O Plano dos "Anéis de Redburn", é a aplicação por Clarence Stein e Henry Wright, em Redburn, New Jersey, de um novo modelo de planeamento residencial com a criação do super-bloco em que a principal novidade consiste na separação entre tráfego automóvel e pedestre. O super-bloco é pois concebido por oposição ao "bloco" - a área de terreno para construção na grelha tradicional cujas superfícies médias eram 30 por 60 metros ou 60 por 120. Em Redburn as casas agrupam-se à volta de um conjunto de becos-sem-saída ligados, por caminhos pedonais, ao parque, à escola e às lojas, todos situados no interior do super-bloco. O super-bloco é considerado uma solução ideal para os problemas de circulação uma vez que permite a localização das casas fora da estrada principal.

A ilustração mostra um beco típico de Redburn. As suas características são: o beco é utilizado apenas como acesso de serviço - permite o acesso de veículos a casas e garagens para cargas e descargas e outros serviços, além de também funcionar como parque de estacionamento; os caminhos pedonais localizados no perímetro de cada grupo de becos servem de passeios. Em oposição às práticas estabelecidas de planeamento as casas são organizadas ao contrário, isto é, as salas de estar, alpendres e muitos quartos de dormir são, tanto quanto possível, virados para os jardins nas "traseiras" dos edifícios, e cozinhas e despensas voltadas para a frente, que são os acessos de serviço.

As moradias situam-se desafogadamente à volta das ruas sem saída e revelam alguma disciplina arquitectónica formal enquanto grupo. A paisagem cuidadosamente planeada é o elemento mais unificador de todo o conjunto. Outros elementos unificadores são a harmonia dos materiais utilizados na construção e a continuidade das linhas dos telhados. Por outro lado, juntando as casas pelas suas garagens, a habitual aparência desordenada das casas isoladas em relação umas às outras foi eliminada e mantido espaço suficiente de ambos os lados dos edifícios.

O Plano Nucleado consiste em agrupar casas à volta de áreas centrais de serviço reduzindo ligeiramente o tamanho do lote individual mas reduzindo consideravelmente o espaço destinado às ruas e equipamentos em planos mais convencionais. É um plano que requer uma das duas seguintes condições: ou a comunidade concorda em sacrificar parte do espaço ocupado pelos seus logradouros para ganhar em espaços abertos públicos, ou o terreno pertence a um proprietário - estatal ou privado - que estabelece um projecto deste tipo para o desenvolvimento da área residencial.

Consegue-se assim uma quantidade razoável de espaço aberto, separação entre veículos e peões e ruas planeadas para fins específicos - isto é, vias principais (artérias), ruas de escoamento, ruas de acesso e pequenas ruas residenciais.

Em meados dos anos 80 surgiu nos Estados Unidos uma corrente, a que se tem chamado "Neo-Tradicionalismo" e depois "Novo Urbanismo", tendo "comunidade" como palavra-chave, e que aparece como uma reacção à paisagem construída dos subúrbios, com duas componentes principais: uma, a integração, nos aglomerados habitacionais, de locais de trabalho num centro local, acessível a pé; outra, mais arquitectónica, a substituição do modelo seriado de habitação por modelos individualizados buscando inspiração formal nos modelos tradicionais da região.

Na realidade, do ponto de vista de desenho urbano, isto não é substantivamente diferente do que foi proposto com as Unidades de Vizinhança de Perry ou Stein; por

outro lado continua a ser só acessível à população com um rendimento acima da média; por isso é uma "comunidade" muito diferente da comunidade feita pela coexistência de níveis sociais e económicos, em que alegadamente se inspira.

Em Inglaterra, em torno da reconstrução do pós-guerra, surgiu o "Movimento das Cidades Novas" cujos projectistas, adaptando a herança das Cidades-Jardim, tentaram aplicar mais eficazmente as normas de distribuição do espaço por habitante, equipamentos, circulações, organização da vida comunitária (enfatizando a necessidade de "centros comunitários" para uma vida urbana harmoniosa), etc.. Embora não se possa dizer que estas cidades novas representassem um fracasso, também é verdade que não foram totalmente bem sucedidas e isto porque o polo de atracção continuou a manter-se nas grandes cidades.

A industrialização e serialização de materiais de construção, deu, a partir dos anos 40 e particularmente nos Estados Unidos, origem a um outro fenómeno a que se poderia chamar "cidade instantânea". Esta resulta de acções de investimento de promotores imobiliários associando rapidez de construção aos modelos suburbanos aceites e tornou-se no principal ingrediente da paisagem urbana americana depois da 2ª Guerra Mundial.

Em Portugal a construção da cidade instantâneas manifestou-se desde os anos 50 naquilo que incorrectamente se denomina por "urbanizações" e que na verdade são apenas processos resultantes da especulação imobiliária protegida pela acção dos gabinetes técnicos da maioria das Câmaras, os quais, sem quadros nem competência para diferenciar o caos da qualidade licenciaram, no passado e no presente aprovam esses processos. As urbanizações são aquilo que também correntemente se denomina por loteamentos. Em ambos os casos também proliferam situações "clandestinas", apesar de dezenas de prédios ou de moradias não poderem ser verdadeiramente realizados na clandestinidade. Trata-se de clandestinos na medida em que os órgãos de fiscalização não actuam sob a protecção tácita das autarquias e tribunais.

Os loteamentos são operações de subdivisão, em lotes para vários utentes, de áreas relativamente vastas de terreno, normalmente pertencendo a um ou poucos proprietários, podendo ou não a administração pública ser um deles. Podem ser destinados a qualquer dos usos principais - habitação, comércio ou indústria - combinados ou separados, embora os loteamentos para uso habitacional sejam os mais comuns.

O objectivo primário dos loteamentos é maximizar o número de parcelas habitáveis criando para isso, se necessário, as redes de infra-estruturas essenciais (ruas, água, esgotos e energia) à ocupação dos novos lotes. O tamanho dos loteamentos, tal como a sua localização em relação aos serviços prestados pelo tecido existente, pode exigir que se destinem reservas de terreno para equipamentos locais (parques, escolas, instituições de serviço social, etc.). Quando os loteamentos são particulares e os equipamentos colectivos são da responsabilidade da administração pública há normalmente processos de compensação que, na sua maneira mais simples, tomam a forma de troca de serviços: por exemplo, a Câmara fornece as infra-estruturas em troca dos terrenos para equipamento, etc.

Os processos de loteamento deram origem a uma profissão: a do promotor imobiliário que compra grandes extensões de terreno não urbano e as vende como conjuntos urbanos prontos a habitar ou a licenciar, conhecidos em Portugal como já dissemos por "urbanizações" (na América, *sub-divisions*). Há, naturalmente, grandes investimentos financeiros implicados nestas operações, pelo que há também o risco de

que elas tentem rodear as restrições de planeamento, dirigidas ao bem comum, que possam reduzir os lucros individuais dos investidores.

Esta situação caótica foi devidamente caracterizada no documento de apresentação do Programa POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades) do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território:

- *esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que atravessam em muitos casos processos paralelos de "terciarização", de desertificação, de abandono e degradação;*
- *processo acelerado de degradação de património edificado, em vastas zonas do "casco" urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana (vd. impacto das opções tomadas há décadas quanto ao regime de arrendamento urbano, sem acautelar medidas de conservação dos imóveis);*
- *intensificação das extensões suburbanas, muitas vezes realizadas de modo caótico, desprovidas, ou com deficiência, de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência urbana;*
- *segmentação etária do espaço das Grande Lisboa e do Grande Porto, com os "centros" destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para "coroas suburbanas" cada vez mais distantes;*
- *crescente congestionamento do trânsito, associado, pelo menos em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;*
- *degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado."*

(<http://ficheiros.dga.min-amb.pt/polis/3/3.htm>)

Também os loteamentos clandestinos surgem normalmente em consequência de um controle deficiente do território, tomando duas formas principais: ou o resultado de ocupações ilegais de terrenos públicos ou privados por grupos de pessoas que organizam entre si a divisão da propriedade (havendo eventualmente mediadores locais); ou a subdivisão de propriedades, embora legalmente adquiridas pelos promotores, em locais onde o desenvolvimento urbano não está previsto pela autarquia, e consequentemente sem o respectivo licenciamento. Naturalmente, estes esquemas apresentam muitas deficiências, desde a falta de infra-estruturas essenciais à ausência de espaços e equipamentos colectivos.

Idealmente os loteamentos deveriam estar compreendidos em Planos de Pormenor ou serem eles próprios objecto de Planos de Pormenor

No entanto entre nós é frequente a introdução de alterações aos planos de urbanização e de pormenor para satisfazer clientelas ávidas de especulação

Neste século, os exemplos mais notáveis de cidade projectada globalmente, são também os últimos exemplos de "cidade de autor", isto é, em que todo o desenho da cidade obedeceu aos critérios formais: Brasília, no Brasil, projectada por Lúcio Costa e Óscar Niemeyer, e Chandigarh, a capital do Punjab, Índia, por Le Corbusier. Ambas são cidades projectadas como centros representativos do poder, e ambas cidades em que proliferou, em torno da cidade formalmente executada, uma população não prevista, iniciada por aqueles mesmos que trabalharam na sua construção, e que a ela não tinham acesso.

Nos anos sessenta multiplicaram-se as abordagens à cidade como uma mega-estrutura arquitectónica, com elementos fixos e adicionáveis, com nomes denunciando as ambições dos seus teóricos: o "Metabolismo" japonês, a "Cidade Espacial" de Yona Friedman, a "Cidade de Encaixar" (*Plug-in City*) de Peter Cook, "Arcosanti" de Paolo Soleri, etc.. Dentre estas, foi posta em prática uma tendência, a que se poderia chamar de "neo-orgânica", que procurava repetir as atmosferas da cidade orgânica (isto é, a cidade que cresceu pelas necessidades individuais de espaço e em que a rede viária, mais do que funcionar como grande regrador do espaço global, se reduz às serventias essenciais). Uma das críticas a esta aproximação poder-se-ia frasear como "não se pode planear o que resulta do acidente", referindo-se à maneira como, na cidade orgânica, o espaço se molda pelo crescimento incremental; outra, directamente relacionada com isto, refere-se ao facto de que a maneira como a cidade orgânica se forma implica a mistura, pela vizinhança próxima, de diferentes níveis económicos e sociais, o que dificilmente acontece quando, desde o início, são desenhados conjuntos com moradores definidos.

A ideia de Cidade Nova tem sido por demais debatida servindo de argumento aos críticos do urbanismo pois muito do que foi construído no século XX é de alguma forma também cidade nova. Na verdade trata-se sobretudo de Novas cidades (no sentido de acabadas de fazer) feitas à revelia do pensamento urbanístico mas essencialmente criadas como resultado da ausência de planeamento e onde a especulação fundiária e imobiliária ditaram as suas "leis". O resultado é como não podia deixar de ser de má qualidade como testemunham os subúrbios das grandes cidades: Sarcelles nos arredores de Paris, Cacém e Massamá nos arredores de Lisboa. Três exemplos entre milhares também válidos para caracterizar a degradação urbana das nossas cidades de província, vilas e aldeias.

As cidades Novas existiram na Antiguidade como na idade média ou como também no período colonial

Também foram construídas Cidades Novas agregadas ao desenvolvimento económico como na ex- União soviética em centenas de casos, na polónia onde a mais conhecida é Nowa Huta, ou no Canadá com as "Company Towns" ou Silicon Valley dedicada à "Informática". Em Portugal podemos referir St. André ligada ao projecto industrial de Sines.

Cidades Novas também foram criadas para instalação de sedes de governos como por exemplo Brasília, Camberra ou Washington. Cidades Novas decorrentes do crescimento urbano como as "new towns" britânicas a seguir à 2ª Guerra Mundial (já falámos de Letchworth e Welwyn do princípio do século XX).

Nos arredores de Estocolmo – Farsta e Valingby, de Amesterdão, de Roterdão e de Paris – Cergy-Pontoise, Marne-la-Vallée, Saint Quentin en Yvelines, Evry, Melun-Sénart, - também se construíram nos anos 60 e 70 de forma planeada cidades Novas.

Claro que todas estas Cidade Novas traduziram na prática os paradigmas urbanísticos de cada época, pelo que não se pode definir de um só modo estas Cidades Novas. Elas são hoje **referências de qualidade urbanística**, mas onde infelizmente (não podia ser de outra forma) também se reflectem os problemas sociais desses países devido em particular ao desemprego, às questões de exclusão social e da "globalização".

2- A Percepção e o espaço urbano

O espaço urbano é pois multifacetado, devendo nós termos em consideração que existe espaço urbano de carácter citadino e espaço urbano de carácter rural. A separação de urbano e rural em termos de planeamento do território não tem propriamente sentido pois ambos são fruto da acção de gerações e de gerações de pessoas que marcaram de forma diferentes o território onde viviam. Criaram por isso formas de ocupação diferentes. Urbanizaram o espaço.

Em ambos os casos o que hoje podemos observar, é o facto de expressarem formas de ocupação do território que resultam da própria natureza da sociedade (no quadro da sua própria transformação) e do meio que lhe dá vida também no quadro da sua própria transformação. Na verdade existe uma relação dialéctica entre território e sociedade que enquadra toda e qualquer entendimento do que é o Urbanismo.

Claro está que as cidades passam por processos históricos, sociológicos e económicos que ao longo dos anos e dos séculos acabam por deixar marcas que se traduzem particularmente na sua configuração espacial e que, são por isso também, imagem da sua própria memória. No espaço urbano rural, esta situação também é uma realidade facilmente constatável, só que a configuração espacial é diferente.

Em qualquer região do planeta, entre um aglomerado disperso e uma grande metrópole claro que há diferenças formais, do modo de vida, das condições de acessibilidades para citar apenas algumas, mas sobretudo há igualdades pois ambas são enquadradas pelas condições sociais e económicas específicas a essa própria região, a qual por sua vez se articula com áreas mais vastas e sem dúvida também se articula com o processo de transformação do nosso planeta.

Por isso quer se trate de rural ou de citadino o espaço urbano tem em comum a necessidade de ser de forma integrada e não parcial analisado, planeado e gerido por forma a garantir o seu desenvolvimento sustentável.

Assim os espaços urbanos citadinos ou rurais são objecto de estudo, planeamento e gestão no âmbito do urbanismo

Contemplar cidades pode ser especialmente agradável, por mais vulgar que o panorama possa ser. Tal como uma obra arquitectónica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. (...) Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as sequências são invertidas, interrompidas, abandonadas, anuladas. Isto acontece a todo o passo. A cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado. Nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, à recordação de experiências passadas. (Kevin Lynch, A Imagem da cidade, p.11)

Os elementos moveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importante como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espectáculo, mas sim uma parte activa dele, participando com os outros num mesmo palco. Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles.

A cidade não é apenas um objecto perceptível (e talvez apreciado) por milhões de pessoas das mais variadas classes sociais e pelos mais variados tipos de personalidades, mas é o produto de muitos construtores que constantemente modificam

a estrutura por razões particulares . Se, por um lado, podem manter-se as linhas gerais exteriores, por outro, há uma constante mudança no pormenor. Apenas parcialmente é possível controlar o seu crescimento e a sua forma. Não existe um resultado final, mas somente uma contínua sucessão de fases. Assim, não podemos admirar-nos pelo facto de a arte de dar forma às cidades, visando um prazer estético, estar bastante distante da arquitectura, da música ou da literatura. Pode aproveitar delas grandes contributos, mas não pode imitá-las. (Kevin Lynch, A Imagem da cidade, p.12)

Esta imagem do espaço urbano é na verdade fundamental na definição da relação que cada ser humano tem com o meio que o rodeia. Entre o caos urbanístico e a vivência em espaços projectados e geridos com qualidade vai uma enorme distancia. Tão grande quanto o lugar que isso ocupa na própria qualidade de vida. E devemos entender qualidade de vida não só a do momento mas também do lugar que ela ocupa ou ocupou no próprio crescimento de cada cidadão, na formação da sua personalidade e no leque de possibilidades que a cada momento permite a cada de nós de escolher o seu rumo.

O espaço urbano é por excelência o espaço do exercício do direito de cidadania. É um espaço que se vive cada dia, pelo que cada dia criamos desse espaço uma imagem, que se vem gravar na nossa memória em acordo ou desarmonia com as imagens passadas e guardadas no fundo de cada um.

Quando dissemos que conhecemos uma cidade mais não estamos a fazer do que assumir que guardamos na memória as múltiplas imagens que observamos cada vez que saímos à rua ou que espreitamos pela janela ou que apercebemos pela janela do autocarro.

Por isso a legibilidade da cidade é fundamental e a sua ausência é provocadora de mal estar não só individual mas também colectivo.

Tal como para um arquitecto que não soubesse “passar para o papel” um projecto de edifício e não dominasse as regras da composição tangível e intangível da arquitectura, assim estaria um Urbanista que não soubesse dar forma aos seus projectos. Os “urbanistas” que não sabem desenhar, são cada vez mais uma espécie em vias de extinção.

Esta constatação em nada reduz a importância da contribuição de sociólogos, geógrafos engenheiros civis e outros domínio do saber, que na sua área e quando formados e especializados em questões da urbanística, trazem um contributo fundamental para a prática do urbanismo.

Julgamos até que em Portugal, do ponto de vista teórico e prático, o planeamento-regional e local, bem como a sociologia ou geografia urbana tem profissionais de grande envergadura e a quem se deve um trabalho particularmente positivo, pelo que seria um erro pretender que o desenvolvimento do Urbanismo no nosso país deveria ocupar essa ou outras áreas do saber em grande medida consolidadas. Mas também consideramos que a formação em Arquitectura ou em Design se refere a escalas maiores e menores que a que é própria do Urbanismo.

É essa capacidade de dar forma ao espaço urbanos que destingue o Urbanista das outras profissões complementares.

Portugal está sobretudo carente a nível do **Urban Design**. E utilizamos a expressão na língua onde teve origem pois Design não pode ser traduzido por desenho.

Design em inglês é algo também mais amplo que desenho, ou que projecto. Design implica a ideia de intenção, processo, ao qual se junta também a ideia de análise,

avaliação e tomada de decisão. O dicionário de Oxford traz toda uma série de definições para "Design", entre as quais a de "adaptação dos meios aos fins" (The Concise Oxford Dictionary, 6ª Edição, 1976). Neste sentido seria errado traduzir Design ou Design industrial tal como hoje se entende no que se refere à concepção de objectos, simplesmente por desenho. Também se faz sentir no Brasil esta dificuldade com o termo Design.

“Não podemos, entretanto, concordar com o tratamento que alguns vêm dando ao Desenho Urbano no Brasil. Existe uma certa confusão de definições aplicáveis: ele é uma nova moda. Como afirmamos em ocasião anterior, utiliza-se desta expressão inconsequentemente, apenas porque vêm nela uma nova roupagem para suas antigas práticas de 'arquitetura grande' ou de planejamento urbano 'arrependido'. Há poucos anos passávamos por processo semelhante, quando da adoção da palavra 'planejamento'. ; sua institucionalização como uma nova disciplina cedeu a um aporte anglo-saxão, um modismo sem maiores considerações de seus reais significados potenciais, ou sua inserção em nosso contexto em que já se utilizava do termo urbanismo”. (Vicente Del Rio, p. 52)

Diz ainda Vicente Del Rio: *Nada mais ilustrativo do tema que o comentário de Jonathan BARNETT responsável do departamento de Desenho Urbano da cidade de Nova Iorque "muito da história recente do Desenho Urbano teve a ver com o problema de desenhar cidades sem desenhar edifícios". Segundo este autor, o nosso desafio está em "identificar as regras para as opções significativas que dão forma à cidade dentro de um quadro institucional que possa ser modificado na medida em que os tempos, e as necessidades, mudam" . (Vicente del Rio p.58)*

Em São Francisco, desde o início dos anos 70 que a Câmara Municipal de forma pioneira, baseando-se em estudos aprofundados sobre a percepção da cidade pelos seus habitantes, adoptou um conjunto de normas, onde os princípios orientadores do desenho urbano foram os seguintes:

- Clareza e conveniência
- Harmonia e capacidade
- Escalas e tipologias / interesse visual
- Caracter / individualidade /definição do espaço
- Actividades
- Amenidades / conforto
- Variedade / contraste

(cf. Vicente del Rio p.60)

A imagem da cidade segundo Kelvin Lynch

Embora a clareza ou legibilidade não seja de modo algum a única característica importante de uma cidade bela, a sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isto temos de considerar a cidade não como algo em si mesmo mas a cidade objecto da percepção dos seus habitantes. (...) No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém. Esta imagem .é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e a comandar acções. A necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão

importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo. (...)Tal como qualquer bom trabalho de organização, uma tal estrutura dá ao indivíduo uma possibilidade de escolha e um ponto de partida para a aquisição de informação posterior. Uma imagem clara do meio ambiente é, assim, uma base útil para o crescimento do indivíduo. (Kevin Lynch, A Imagem da cidade, pp.13,14)

Os elos físicos da imagem urbana foram caracterizados por Kevin Lynch em cinco tipos de elementos

1. Vias: *são os canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, linhas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro. Para muitos, estes são os elementos predominantes na sua imagem. As pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias.*

2. Limites: *os limites são os elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias. São as fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho-de-ferro, paredes, locais de desenvolvimento. (...). Estes elementos limites, embora não tão importantes como as vias, são, para muitos, uma relevante característica organizadora, particularmente quando se trata de manter unidas áreas diversas, como acontece no delinear de uma cidade por uma parede ou por água.*

3. Bairros: *os bairros são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra ("para dentro de") mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável. (...) A maior parte dos cidadãos estrutura deste modo a sua cidade, cujos elementos importantes são as vias ou os bairros.*

4. Cruzamentos: *os cruzamentos são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constituem intensivos focos para os quais e dos quais ele se desloca. Podem ser essencialmente junções, locais de interrupção num transporte, um entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra. (...)O conceito de cruzamento está relacionado com o de via, pois os cruzamentos são típicas convergências de vias, factos do percurso. Estão, semelhantemente, ligados ao conceito de bairro, devido ao seu carácter de núcleo, que; por sua vez, é o foco intensivo, o centro polarizador do bairro. Em qualquer caso ou imagem, encontram-se pontos focais e, em alguns casos, eles são até a característica dominante.*

5. Pontos marcantes: *estes são outro tipo de referência, mas, neste caso, o observador não está dentro deles, pois são externos. São normalmente representados por um objecto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha. O seu uso implica a sua distinção e evidência, em relação a uma quantidade enorme de outros elementos. Alguns pontos marcantes situam-se a grande distância, acima dos cumes de outros elementos mais pequenos e são usados como referências radiais. Podem situar-se dentro da cidade ou a uma tal distância que desempenham a função constante de símbolo de direcção. (Kevin Lynch, A Imagem da cidade, p.58,59)*

A imagem de uma dada realidade física pode alterar ocasionalmente o seu tipo, se as circunstâncias de observação forem diferentes. Assim, uma auto-estrada pode ser uma artéria de comunicação para o motorista e um limite para um peão. Uma área central pode ser encarada como um bairro no caso da cidade estar organizada em média escala ou apenas como um cruzamento se considerarmos toda a área da metrópole. Mas as categorias parecem possuir uma certa estabilidade para um observador, quando este opera num determinado nível. Nenhum dos elementos-tipo, acima mencionados, existe isoladamente na realidade. Os bairros contêm cruzamentos na sua estrutura, são demarcados por limites, cruzados por vias e salpicados por elementos marcantes. Os elementos sobrepõem-se e interligam-se constantemente. Se esta análise começa com a diferenciação dos elementos em categorias, tem de terminar com a sua reintegração no todo que é a imagem. (Kevin Lynch, A Imagem da cidade, p.60)

Quanto à forma urbana o mesmo autor várias qualidades da forma. **Singularidade, simplicidade, continuidade, predominância, clareza de ligação, diferenciação direccional, alcance visual, consciência do movimento, séries temporais, nomes e significados:**

Estas indicações para o design urbano podem ser resumidas de um outro modo, uma vez que existem temas comuns que se mantêm nos diversos aspectos: as repetidas referências a certas características físicas gerais. Estas são as categorias de interesse directo para o design. pois descrevem qualidades de que um desenhador se pode servir e podem ser apresentadas como se segue:

1. Singularidade ou clareza das figuras de fundo: evidência de limites (como o cessar abrupto do desenvolvimento urbano); fechamento (como um largo fechado); contraste de superfície, forma, intensidade, complexidade, tamanho, hábito, localização espacial (como uma única torre, uma decoração rica, um sinal dominante). O contraste pode aparecer em relação aos arredores, imediatos ou à experiência passada do observador. Estas são as qualidades que identificam um elemento, que o tomam notório, vivo e reconhecível. À medida que os observadores se familiarizam com o meio, parecem depender cada vez menos das continuidades físicas totais para organizar o todo, e apreciar cada vez mais com o contraste e a singularidade que dão vida à cena em questão.

2. Simplicidade de forma: clareza e simplicidade de forma visual em sentido geométrico, limitação de partes (como a clareza de um sistema em rede, de um rectângulo, de uma catedral). Formas deste teor são muito mais facilmente incorporadas na imagem e é evidente que os observadores distorcem formas complexas, tomando-as simples. mesmo quando isso significa um erro de percepção e de prática. Quando um elemento não é imediatamente visível como um todo, a sua forma pode ser u; distorção topológica de uma forma simples e, porém, pode ser compreendida.

3. Continuidade: continuação de um limite ou de uma superfície (como numa rua, num canal, no horizonte ou no cenário); proximidade de partes (como num grupo de edifícios); repetição de um intervalo rítmico (como num modelo, as esquinas das ruas); semelhança, analogia ou harmonia de superfície, forma ou hábitos (como no material usado nos edifícios, modelos repetidos de janelas salientes, semelhança de actividades comerciais, uso de sinais comuns). Estas são as qualidades que facilitam a percepção

de uma realidade física complexa como sendo uma e possuidora de relações internas, as qualidades que sugerem uma identidade própria.

4. Predominância: *a predominância de uma parte em relação às outras devido ao tamanho, intensidade ou interesse, resultante da distinção de uma característica principal no todo, associada a um conjunto (como na área do Harvard Square). Esta qualidade, tal como a continuidade, permite a necessária simplificação da imagem por omissão e inclusão.*

5. Clareza de ligação: *boa visibilidade das ligações e costuras (como numa intersecção relevante e na costa marítima); relação clara e "interligação (como a de um edifício com o seu local de construção ou a de uma estação de metropolitano com a rua à superfície). Estas ligações são os pontos estratégicos de uma estrutura e deveriam ser claramente perceptíveis.*

6. Diferenciação direccional: *assimetrias, mudanças e referências radiais que diferenciam um fim de outros (como uma rua que sobe uma colina, afastando-se do mar e em direcção ao centro); ou que diferenciam um lado do outro (como os edifícios que rodeiam um parque); ou uma direcção da outra (tanto pela luz do dia como pela largueza de uma avenida em direcção norte-sul). Estas qualidades são dificilmente usadas, quando se trata de estruturas em grande escala.*

7. Alcance visual: *qualidades que aumentam ou organizam uma possibilidade de visão, quer real quer simbólica. Estas incluem as transparências (vidro ou edifícios assentes em pilares); sobreposições (quando uma estrutura aparece atrás de outra); vistas e panoramas que aumentam a profundidade da visão (ruas axiais, vastos espaços abertos, vistas de pontos altos); elementos articulantes (focos, ponteiros indicadores de medidas, objectos penetrantes) que explicam visualmente um espaço; concavidade (uma colina ao fundo ou a curva de uma rua) que expõe outros objectos à nossa vista; indicações de um objecto, que de outra forma permaneceria invisível (o avistar de determinada actividade como indicação da característica da área que se segue, ou o uso de características de pormenores para sugerir a proximidade de um outro elemento). Todas estas qualidades relacionadas facilitam a compreensão de um todo complexo, aumentando a eficiência da visão: a sua organização, penetração e poder de resolução.*

8. Consciência do movimento: *qualidades que tornam o observador sensível ao seu próprio movimento real ou potencial. através dos sentidos visuais e cinestésicos . É o caso dos indicativos que melhoram a clareza de desníveis, curvas e interpenetrações; dão à experiência motora perspectiva e localização; mantêm a coerência na direcção ou na mudança de direcção;*

9. Séries temporais: *séries das quais o observador se apercebe para além da questão temporal, incluindo ligações simples de elemento por elemento, onde um elemento está associado ao que o precede e ao que se lhe segue (como numa sequência casual de elementos marcantes), e também séries que estão estruturadas no tempo e, assim, se tornam melódicas na natureza (como se os elementos marcantes fossem aumentando em intensidade de forma, até que um ponto máximo seja atingido). A primeira sequência (a simples) é usada muito vulgarmente, especialmente ao longo de ruas conhecidas. A sequência melódica é mais rara, mas o seu desenvolvimento pode ser mais importante se tivermos em conta a dinâmica, moderna e vasta metrópole*

10. Nomes e significados.: características não físicas que podem reforçar a imagem de um elemento. Os nomes são, por exemplo, importantes na cristalização da identidade. Ocasionalmente indicam também pistas de localização (Estação Norte).(...)Significados e associações, históricos, sociais ou funcionais, económicos ou individuais, constituem um verdadeiro domínio para além das qualidades físicas de que nos ocupamos. Reforçam grandemente as sugestões em direcção à identidade ou estrutura, como pode ser claro na própria forma física. Todas as qualidades acima mencionadas não funcionam isoladas em si; onde apenas uma qualidade está presente (a continuidade do material de construção usado sem qualquer outra característica comum), ou onde as . . . qualidades aparecem em conflito (como em duas áreas com tipos comuns de edifícios, mas com funções diferentes) o efeito total pode ser fraco ou ser necessário esforço para identificar e estruturar (Kevin Lynch, *A Imagem da cidade*, p.118-121)

Todos estes elementos são essenciais quando o urbanista assume plenamente a sua função de projectar novos espaços urbanos, reorganiza-los ou tomar as medidas necessárias para sustentar a sua degradação e posterior reabilitação.

O plano visual não pode sobrepor-se a factores de ordem sociológica, no sentido amplo da palavra, mas pode e deve ordenar as suas opções, no encadeado de soluções que visão criar uma cidade, um bairro, uma urbanização em lugares em que cada cidadão se possa reconhecer como ser humano na sua totalidade pessoal, histórica e social.

3-O urbanismo e as outras profissões

Sendo o Urbanismo uma profissão verdadeiramente nova em Portugal, convém por em evidencia algumas das suas particularidades em relação às outras profissões que de forma inconsistente têm pretendido fazer obra de urbanismo mas na verdade sem nenhum sucesso.

O caos urbanístico que todos podemos presenciar nas nossas cidades e campos resulta em grande parte da ausência de formação adequada por parte de quem licenciou nas Câmaras municipais ou organismos centrais ou “projectou” o crescimento sem rumo de cidades, vilas e aldeias.

A composição urbana, entendida como expressão de condicionamentos da mais variada ordem (sociais, económicos, ecológicos...) pretende promover uma organização formal da “cidade” compreensível e fundamentada. Tal como a composição arquitectónica que também pretende promover uma organização formal do “edifício” compreensível e fundamentada.

Só que os pressupostos para a tomada de decisão arquitectónica são de natureza diferente dos do urbanismo. Em ambos os casos no entanto os utensílios da composição, têm por base as regras da composição formal e da sua conseqüente leitura e têm em conta a relação entre as partes e o todo, ou pelo menos assim deveria ser.

O urbanismo tem implicações sobre a forma arquitectónica e a arquitectura em geral, a menos que esta corra o risco de acabar na soleira das portas. Queremos dizer que a arquitectura dos edifícios da cidade ou da aldeia, só ganha verdadeiro sentido se se apoiar em planos de urbanismo que assegurem uma passagem entre o tempo passado e o tempo contemporâneo.

Do mesmo modo os planos de urbanismo só ganham verdadeiro sentido se se apoiarem num ordenamento local, regional, nacional ou mesmo transfronteiriço cujos estudos e planos também carecem de formações especializadas directamente dependentes de orientações políticas cada vez mais amplas. No nosso caso aquilo que se faz a nível de freguesia deve espelhar orientações municipais (Câmaras municipais), as orientações regionais (Comissões de coordenação) as orientações nacionais (Órgãos de soberania) e as orientações Europeias.

Mas para lá das necessárias articulações, a composição urbana difere fundamentalmente da arquitectura pelo facto de que a “cidade” e o “edifício” não têm o mesmo ritmo temporal. Enquanto que a Arquitectura se renova rapidamente o espaço urbano em si está mais vocacionado para a longa duração. Por isso, os dados que conduzem à tomada de decisão arquitectónica ou urbana ao serem diferentes na sua essência implicam saberes diferentes capazes de organizar e utilizar esses mesmos dados

Igualmente devemos referir uma outra diferença que é fundamental. A escala do projecto urbano engloba “o todo”, ao passo que a escala arquitectónica corresponde ao edifício e eventualmente ao seu redor mais próximo. Desenhar o espaço urbano com as ferramentas da arquitectura é produzir um espaço formal desenraizado dos enquadramentos que referimos. Esse “todo” é a sociedade e território no seu conjunto, inscritos num passado (da memória), presente (que se vive) e futuro que se perspectiva.

Isto não significa ausência de relação entre o urbanismo e a arquitectura. Antes pelo contrário essa relação deve estar sempre presente. Projectar em Urbanismo é pensar também no lugar da arquitectura como peças de um puzzle e projectar em arquitectura é pensar a forma que melhor serve o conjunto o espaço urbano.

A relação entre o urbanismo e as demais áreas disciplinares tem contornos próprios nos diferentes países da União Europeia. É um facto que o Urbanismo assumiu como disciplina, um lugar progressivamente mais amplo independentemente das suas correntes. A Associação francesa de Urbanistas foi criada em 1919 e no Reino o RTPI em 1914

Também é um facto que os arquitectos particularmente na Itália na ex- União Soviética e em Portugal conseguiram até hoje ocupar um lugar central no campo do Urbanismo e em certa medida e por razões diferentes e segundo o dizer do Professor Pierre Merlin “evitar a formação autónoma de urbanistas. Pelo contrário os Estados unidos e sobretudo o reino Unido, criaram formações autónomas (Urban Planning e City Planning) recorrendo plenamente aos contributos e aos métodos matemáticos de modelação. A separação que resultou entre arquitectos e urbanistas, foi coberta pela aparição do Urban designer, tratando a cidade à escala intermédia, a da composição urbana” (cf. Pierre Merlin p. 120).

Em França o ensino do urbanismo apareceu no Instituto de História, de Geografia e de Economia Urbanas desde 1916.

Em Portugal a formação específica de Urbanismo (Licenciatura) apenas teve início em 1989, apesar de existirem há mais tempo disciplinas em geral de Ordenamento do território em diversos cursos: Engenharia Civil e Arquitectura em particular.

Actualmente e também segundo Pierre Merlin podemos distinguir duas situações

- Formações autónomas que asseguram a maior pluridisciplinaridade: Estados Unidos (Universidade de Pennsylvania, Berkeley, MIT ...) e no Reino Unido
- Formações de especialização pós licenciatura particularmente ligadas à geografia e à arquitectura e engenharia Civil (Itália, Países da Ex-União Soviética e como vimos até recentemente em Portugal)

Entre estes dois modelos naturalmente que podemos constatar dentro de um mesmo país e até mesmo dentro de uma mesma Universidade a existência de situações intermédias.

Na União Europeia, o Conselho Europeu de Urbanistas do qual Portugal faz parte, tem vindo a desenvolver uma enorme actividade no sentido de criar padrões de qualidade, tendo obtido consenso sobre questões tão importantes como:

- Natureza do trabalho do Urbanista
- Conteúdos da formação universitária de Urbanistas
- Prática deontológica da profissão.

Sobre os conteúdos que compõem a formação dos urbanistas o Conselho Europeu pôs em evidência que esta formação não é passível de se confundir com qualquer outra: (ver texto completo em anexo)

1. Sobre a compreensão do meio:

A percepção e a compreensão do meio: físico, natural, humano, económico, tecnológico, edificado. O conhecimento e a compreensão das tradições e dos mecanismos que regem o desenvolvimento, a vida social, a produção e utilização do espaço, os mecanismos de evolução dos meios naturais, e a qualidade do ambiente. Os princípios do desenvolvimento sustentado. A compreensão das necessidades da pessoa humana.

2. Sobre a teoria e sobre a metodologia:

Historia e filosofia; Teoria; Lógica dos agentes; Noções de espaço; Noções de tempo. Políticas urbanas, ordenamento do território, e urbanismo: margens de manobra, análises, sínteses, propostas; Metodologias: análise, síntese, proposta / criação / concepção, mediação, execução. gestão, avaliação.

Seleção e concepção de instrumentos apropriados para agir sobre os mecanismos e sobre as estratégias dos agentes. Avaliação das contribuições interdisciplinares e métodos de avaliação continua das políticas publicas. Aprendizagem da investigação, e introdução a tomada em consideração do tempo e dos ritmos na evolução dos habitat humanos.

3. Sobre o quadro institucional:

Legislação e Administração do urbanismo: significado e quadro jurídico das praticas locais e as regras da economia local; compreensão e análise pedagógica das diferenças entre países. Conhecimento e compreensão da articulação dos diferentes níveis: nacional, regional, local, e das sua próprias especificidades.

Conhecimentos gerais sobre as fontes estatísticas, sobre os dados financeiros principais e sobre os indicadores utilizáveis (humanos, físicos, económicos).

4. Sobre as técnicas e as práticas profissionais:

** Mostrar a especificidade dos métodos: Identificação das necessidades; Prospectiva e antecipação das necessidades-estratégias. Formulação do projecto e simulações/avaliação dos resultados; Capacidade de trabalhar em equipas interdisciplinares; Relações com a população; Mediação de conflitos; Fundamentos do direito aplicado; Gestão e coordenação dos processos de ordenamento. Produção de planos. Ordenamento de sítios.*

**Ensinar as noções de estética e adquirir as bases do trabalho de concepção: Arte Urbana; Planos de urbanismo. Planos de ordenamento.*

**Técnicas de expressão: Forma conteúdo e transmissão de conceitos aos outros agentes profissionais, à população, aos centros de decisão. Meios de expressão (orais, gráficos, escritos, informáticos).*

5 Sobre as matérias profissionais:

Valorização dos conhecimentos, das atitudes e dos saberes específicos aos urbanistas; Responsabilidade do urbanista; Ética / Responsabilidade / hierarquia; Estatutos do exercício; Deontologia; Evolução dos critérios de reconhecimento profissional; Organização profissional.

Outras organizações internacionais como por exemplo a ISOCARP e a AESOP também trabalham no sentido de reforçar a especificidade do Urbanismo.

4- O DIREITO DO URBANISMO

Todos nós apreciamos viver numa casa confortável, clara e arejada, numa rua com passeios em bom estado, num bairro bonito, com espaços verdes, bem iluminado, dotado de estabelecimentos, próximo de um local onde se possa praticar desporto, servido por uma boa rede de transportes.

Por outro lado, causa-nos mal estar deparar com certas zonas envelhecidas da cidade, com ruas esburacadas, quase desertas. Igualmente nos desagrada ver desaparecer zonas verdes para ver surgir “florestas de cimento” compacto.

Se no que diz respeito à casa podemos presumir que está nas nossas mãos proceder à escolha de um bom terreno, de um bonito projecto e um bom construtor, a opção respeitante ao bairro e respectivas infra-estruturas é mais difícil de enquadrar neste âmbito e indiscutivelmente está fora de questão qualquer opção pessoal em matéria de organização de rede de transportes ou que obstaculize a degradação de zonas urbanas ou a substituição de zonas verdes por “florestas de cimento”.

Mas será mesmo assim ? Será que os cidadãos poderão construir num seu terreno apenas subordinados aos seus gostos pessoais e às suas disponibilidades financeiras ? E será que no caso da substituição da zona verde por um novo bairro não poderão ter uma palavra a dizer ?

Ora bem, no Estado de Direito em que vivemos são cometidas ao Estado um conjunto de tarefas fundamentais de entre as quais destaco as respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo. E para cumprir estas tarefas esse mesmo Estado aprovou um conjunto de normas jurídicas que não só estabelecem quem são os órgãos com competências urbanísticas, o tipo e a medida de competência de cada um, como definem a sua forma de actuação e a dos particulares no seu relacionamento no que a esta matéria diz respeito .

O Direito do Urbanismo é, justamente, o conjunto de regras jurídicas que disciplinam quer a actuação dos proprietários do solo, no que diz respeito ao modo e alcance do exercício do seu direito de propriedade sobre qualquer parcela de solo ou construção, quer a actuação das autarquias locais (municípios) na organização e planificação do espaço dentro da sua área de exercício de autoridade, quer até no que diz respeito ao cumprimento de determinadas regras básicas consideradas fundamentais para a existência de um ambiente equilibrado.

Mas em que consiste exactamente a política urbanística ?

A política urbanística, consiste na política pública sectorial definidora dos objectivos e dos meios de intervenção da Administração Pública no ordenamento racional das cidades, na sua expansão e renovação.

Do ponto de vista objectivo traduzir-se-á, mais concretamente, na actividade desenvolvida pela Administração Pública e pelos particulares na utilização disciplinada e planificada do solo para efeitos de construção, respeitando as limitações prejudiciais à agricultura e ao meio ambiente ou determinadas por outras razões de interesse público, tendo em vista alcançar a tal ordenação racional da cidade e a recuperação de áreas degradadas ou desertificadas .

Esta é a orientação do nosso sistema juridico-político, nos termos do qual ao Estado compete criar o conjunto de normas jurídicas definidoras dos princípios e regras a observar tendo em vista alcançar o desejado ordenamento do território e urbanismo.

Neste sentido, recordo o artigo 65º da Constituição da República Portuguesa que no seu n.º 4 estabelece “o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística.”

Na sequência do texto constitucional e compulsando a legislação em vigor em matéria de urbanismo, confirmamos um conjunto de princípios e regras jurídicas inseridas em quatro áreas distintas:

- A do planeamento territorial, ou regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, que estabelece a tipologia dos planos (de âmbito municipal, regional ou nacional), o seu conteúdo, respectivo procedimento de elaboração, sua eficácia e formas e meios de programação do desenvolvimento da gestão urbanística;
- A do regime jurídico da propriedade do solo, que consagra o regime de uso do solo e determina a sua classificação entre rural e urbano, e que poderá eventualmente ficar sujeito a um regime de restrições e condicionamentos determinados por razões de interesse público (Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, áreas protegidas ou preservação do património histórico, por exemplo), estabelece normas respeitantes aos direitos e deveres dos proprietários, o direito da construção de edifícios, regime de expropriações e estabelecimento do direito de preferência na aquisição de prédios, quer estes sejam rústicos quer urbanos;
- Como terceira área, temos a gestão urbanística, também conhecida como regime das operações urbanísticas, respeitante ao sistema de execução dos planos, regime de associação urbanística, aos acordos inter-administrativos ou com particulares;
- Finalmente, a área de polícia e sancionamento administrativo, que tem por objectivo fiscalizar o bom cumprimento das leis e regulamentos urbanísticos, bem como o cumprimento das licenças e autorizações concedidas, seja em termos de conteúdo seja de prazos, e caso se detectem infracções urbanísticas a aplicação das correspondentes penalizações.

É, basicamente, nestas matérias transdisciplinares que o urbanista recebe formação e está apto a exercer a sua actividade profissional. E poderá fazê-lo:

- a) No âmbito da Administração Pública Central, integrado em órgãos de apoio técnico de um dos diversos organismos públicos com competências urbanísticas, por exemplo, dando parecer sobre projectos de plano director municipal, acompanhando a elaboração de planos de pormenor e de urbanização ou sobre estes emitindo parecer, participando na gestão das áreas protegidas de interesse nacional, ou fiscalizando o cumprimento das leis, regulamentos e licenças concedidas;
- b) No âmbito das câmaras municipais, também integrado nos respectivos órgãos de apoio técnico, por exemplo, participando em equipas de elaboração, alteração ou revisão dos planos de ordenamento do território municipal (planos directores municipais, de urbanização e de pormenor) pronunciando-se acerca de medidas preventivas, emitindo parecer nos procedimentos administrativos tendentes ao licenciamento de operações de loteamento, de obras de urbanização ou de obras particulares de construção, competindo-lhe eventualmente exercer actividade fiscalizadora do cumprimento das licenças emitidas;

- c) No desenvolvimento de actividade privada, prestando consultadoria ou concebendo projectos sobre as acções e actividades retro citadas de que saliento, em particular, a elaboração de projectos de planos de urbanização e de pormenor e de operações de loteamento, conforme previsto no Decreto-Lei nº 292/95, de 14 de Novembro.

Em suma, respeitando e fazendo respeitar os princípios e as normas de ocupação, uso e transformação do solo para efeitos urbanísticos, incumbe ao urbanista desenvolver a sua criatividade na busca de soluções que, garantindo os interesses legalmente protegidos dos cidadãos, promovam o correcto ordenamento do território e a melhoria da qualidade de vida urbana para satisfação do interesse público, nas suas várias vertentes.

5- Os Planos como meio de intervenção do Urbanismo

A palavra plano vem do latim *planus* que designa uma superfície sem acidentes (e consequentemente sobre a qual se possa traçar qualquer coisa). O dicionário Oxford diz que a palavra foi introduzida em Inglaterra, no séc. XVIII, significando "um desenho, esboço, etc., de qualquer objecto, feito por projecção numa superfície plana". A noção de plano, portanto, implicava a noção de desenho. Em Portugal usa-se o termo "planta", que é da mesma família, para indicar isto mesmo quando, por exemplo, se está a falar de projectos de edifícios.

Num contexto mais geral o termo "plano" implica a organização de uma estratégia para obter um determinado resultado, mesmo que isso não represente ter que se fazer um desenho. Aplicado à necessidade de se organizar o espaço construído de um sítio, o termo indica o conjunto de instruções escritas e desenhadas - incluindo, entre outras, "plantas"- que definem a estratégia de ocupação de um local quando começa a ser necessário condicionar ou substituir a iniciativa individual.

Um plano, assim, é uma forma de dar orientação aos que detêm o domínio de um determinado território. É também, num âmbito mais vasto, um processo de restringir, tanto quanto os excessos da iniciativa pessoal, arbitrariedades de poder.

Por convenção e ligação etimológica chama-se planeamento físico ao aspecto do processo de planeamento em geral que tem a ver directamente com as manifestações físicas - construções e infra-estruturas - da ocupação de um espaço e que se exprime melhor por representações gráficas, a mais antiga das quais o desenho.

Poder-se-ia pois definir o "plano físico" como uma concertação de esforços para analisar, coordenar e organizar os factores directamente ligados à distribuição espacial de actividades numa cidade ou qualquer outra área - nação, região, comunidade ou bairro. A variação do seu âmbito - global ou parcelar - define os métodos de intervenção. Num âmbito global, como é o do planeamento regional, a principal preocupação pode-se situar nas grandes linhas orientando a adequada distribuição de pólos urbanos, quer pela criação de novos centros, quer pela tentativa de condicionar o desenvolvimento dos existentes. As intervenções parcelares incidem sobre aspectos fragmentários do desenvolvimento do espaço urbano sem contudo poder perder de vista o todo em que se inserem.

O planeamento físico pode dividir-se em três fases: a primeira, observação e análise das características da área em estudo com a identificação e interpretação de tendências de evolução; a segunda, o estabelecimento de objectivos; a terceira o traçado dos meios para se chegar a esses objectivos. Esta é, naturalmente, a fase mais complexa, uma vez que requer a combinação dos esforços de todos os sectores duma população: administração central e local, dirigentes, formal ou informalmente constituídos, das comunidades e as aspirações dos residentes.

O termo "urbanismo", que, em Portugal, é normalmente associado ao planeamento físico, situa as suas acções no contexto restrito da cidade, ao passo que "desenho urbano" especifica a preocupação com a qualidade que advém do cuidado no aspecto e proporções com que cada um dos espaços da cidade é delineado. De algum modo isto representa uma reacção à acepção mais simplista de urbanismo reduzido ao traçado da principal estrutura viária, para que o espaço sobrance seja, em graus variáveis de liberdade individual, destinado à ocupação por edificações.

No presente, a necessidade de planeamento ganha urgência com três factores principais:

1. A intensificação do fluxo populacional para as cidades à procura de melhores oportunidades de vida ou em consequência de situações de insegurança.
2. A necessidade de prover rapidamente e em grandes quantidades à consequente carência em habitação, equipamentos e infra-estruturas.
3. A introdução do automóvel como elemento fundamental da vida das cidades, requerendo uma grande área de infra-estruturas específicas e mudando completamente a face da paisagem urbana que a precedeu.

A participação dos cidadãos no processo é tão desejável quanto essencial, pois só pelo confronto directo com as necessidades e interesses da população é que os objectivos de um plano se podem tornar não só realistas como suficientemente interessantes e convincentes para passarem a facto. O objectivo desejável é a harmonização das exigências de novas situações com os requisitos constantes de bem-estar que são indispensáveis à sobrevivência das cidades, exigindo o empenhamento constante dos que desenham o plano e dos que o põem em prática - os governos e as populações. Neste campo, o acesso aos canais de informação tem um desempenho cada vez mais importante.

Plano Director

Um Plano Director é um documento ou conjunto de documentos estabelecendo as principais directrizes para executar uma determinada tarefa e aplica-se a qualquer campo em que há muitos e complexos factores a considerar.

No campo do planeamento urbano e regional o plano director estabelece os métodos e procedimentos a seguir para criar condições adequadas ao desenvolvimento de todas as funções urbanas e os locais em que se desempenham, quer para o futuro próximo quer a relativamente longo prazo.

Em Portugal surgiu há alguns anos a figura "Plano Director Municipal" que visa a integração da unidade "cidade" ou "centro urbano" no contexto regional ou metropolitano; e que encontra o seu âmbito geográfico numa divisão administrativa tradicional - o "concelho", gerido por um município.

Um plano director obriga geralmente aos seguintes estudos:

1. Levantamento das características físicas - onde, ao reunir informação de diferentes fontes, as características físicas principais de uma área se indicam em cartas ou plantas, sendo as principais: a) planta topográfica, com as altimetrias do local geralmente indicadas por curvas de nível; b) carta de solos, indicando as características dos solos da área; e c) cartas de clima que mostram o comportamento da área em termos de variações de temperatura, humidade, pluviosidade, ventos dominantes, etc.

2. Estudos de população - que coligem dados relativos à composição da população por sexo, idade, origem étnica, etc., interpretam estes dados e extrapolam as tendências neles reveladas para tirar conclusões sobre a população total proposta e desejável, sua localização e distribuição na área em estudo.

3. Estudos de habitação - indicando as características do parque habitacional existente, delineando carências e resultando num plano de habitação para uma data prevista, que cartografa a quantidade e distribuição de nova habitação proposta.

4. Planos de urbanização - que em muitos casos se identificam como "o plano", na medida em que nele se estuda toda a informação básica relativa a características físicas, densidade e distribuição da população existentes e estimadas ou projectadas, redes de circulação e infra-estruturas, etc. É neste documento que se ensaiam várias alternativas antes de chegar ao desenho final onde a estrutura de desenvolvimento físico ficará estabelecida.

Dentro destes planos existem umas tantas peças fundamentais, que servem de guião para a acção do urbanista e permitem a qualquer pessoa uma ideia global das intenções propostas. Destacam-se os seguintes:

Plano de uso do solo - que indica o uso, isto é, a utilização geral dada ao solo ocupado pela área em estudo. Trata-se, pois, de uma proposta para a distribuição, localização e extensão das áreas para habitação, comércio, serviços, indústria, equipamentos escolares, recreativos, de saúde e outras categorias de usos de solo públicos e privados, recomendando níveis de densidade populacional e intensidade de construção. O Plano de Uso do Solo é acompanhado por um desenho, a Planta de Uso do Solo (correspondente, em Portugal, à "Planta de Síntese"), em que diferentes usos se referenciam por convenções gráficas, sejam elas cores ou tramas a preto e branco.

Associado ao Plano de Uso de Solo vem o Plano de Zonamento que é um esquema para dividir uma área urbana em diferentes zonas com o fim de regulamentar o uso, densidade populacional, extensão dos lotes e percentagem da sua cobertura por edifícios, e outros dispositivos para pôr em prática as propostas de desenvolvimento do solo que se avançaram com o Plano de Uso do Solo. Enquanto instrumento legal, tem que ser preciso em pormenor, ao passo que o Plano de Uso do Solo em si, embora preocupado com uso e intensidade do desenvolvimento da construção, é genérico na forma.

Plano de Desenvolvimento Comercial - Coligindo informação de fontes oficiais e privadas sobre os diversos aspectos da actividade comercial na cidade, este plano determina quão adequado é o serviço presentemente prestado e a capacidade de se expandir de forma a ir ao encontro de necessidades antecipadas.

Plano para o Centro de Serviços - O "Centro" é o nome convencional para aquela área da cidade onde as maiores empresas de âmbito urbano global se juntam; e está normalmente associado à localização dos maiores equipamentos administrativos orientados para o público. Nos países anglo-saxónicos isto é designado por *Central Business District* (que se poderia traduzir livremente por "área central de negócios") representado por *Downtown* em Nova Iorque ou Chicago, em Londres pela *City*, em Lisboa pela "Baixa" e por aí fora. Este aspecto do plano, seguindo um método semelhante ao do Plano de Desenvolvimento Comercial contém um plano de uso do solo e de redes viárias e infra-estruturais que é exclusivo desta área.

Contudo a noção de centro comercial e cívico como centro físico ao mesmo tempo que laboral e financeiro das cidades tem vindo a evoluir; e, sobretudo nas cidades maiores, assiste-se à fragmentação dos centros de actividade por localizações dispersas, acontecendo mesmo a deslocação para a periferia das cidades das actividades que outrora caracterizavam um "centro" - sedes de empresas, superfícies comerciais ("hipermercados"), etc. Isto arrasta consigo um dos problemas importantes do urbanismo contemporâneo e que é o problema da conservação dos "centro históricos".

Plano de Equipamentos Locais - com o mesmo método - coligir e cartografar informação de fontes oficiais e de levantamentos no local - este plano estuda os equipamentos locais existentes, isto é, escolas, bibliotecas, igrejas, centros culturais e recreativos, etc., determina a sua eficácia ou as suas deficiências e recomenda os melhoramentos necessários em função das necessidades que ele verifica.

Plano de Equipamentos Públicos - É semelhante em método ao plano de equipamentos locais mas aponta para as carências ou necessidades de melhoramento na provisão de equipamentos colectivos tais como centros de saúde e hospitais, quartéis de bombeiros ou polícia, escolas, centros culturais e recreativos, etc.. O plano de equipamentos públicos orienta-se para as actividades que são apenas do foro da administração municipal ou do governo central, enquanto o plano de equipamentos locais inclui aqueles que são apoiados por entidades privadas.

Plano de Zonas Verdes, Parques e Recreio - consiste em fazer o levantamento de todos os parques e jardins, campos desportivos, parques infantis, áreas não construídas e não ocupadas , integrá-lo nos planos que possam existir e determinar necessidades futuras.

Plano de Desenvolvimento Industrial - Compilando informação de todas as fontes possíveis incluindo levantamento no local, estabelece uma carta com os equipamentos industriais existentes. Com ela é feita a apreciação do desenvolvimento industrial encontrado e dos equipamentos que o servem, determinando-se assim a necessidade de maior desenvolvimento por tipo e localização, bem como os equipamentos (por exemplo, estações de tratamento) e as redes infra-estruturais para isso requeridas.

Plano de Infra-estruturas Públicas - Recolhe informação de fontes oficiais e privadas quanto à existência, localização e adequação de infra-estruturas públicas, tais como redes de água, esgotos, electricidade e outras fontes de energia, telecomunicações e televisão, apontando as áreas que não estão servidas. Determina as áreas que requererão expansão baseadas nas tendências de crescimento populacional, originando assim um plano e respectivos desenhos que mostram as redes existentes e propostas.

Regulamentos - Os regulamentos constituem o sistema de normas que servem para garantir, for força de lei, o funcionamento adequado da cidade. Os planos contêm os seus próprios regulamentos que se integram por sua vez num quadro mais vasto de normas. Por exemplo, normas arquitectónicas, como o Regulamento das Edificações Urbanas, controlam o projecto e a aparência de novas estruturas. Os Regulamentos de Saúde controlam as condições implicando a saúde pública incluindo o estado dos alimentos, do abastecimento de água, equipamentos sanitários, etc. O mesmo se pode dizer para os regulamentos que se aplicam à produção e condução de energia, água, esgotos, segurança estrutural e contra incêndios, etc.

Os organigramas juntos mostram os vários passos a seguir em cada um destes aspectos parciais. Quando não é possível obter todos os elementos e fontes de informação o rigor do documento final pode ficar reduzido; contudo o Plano Director deve ser um documento dinâmico, isto é, ter métodos suficientemente flexíveis para que os seus objectivos se afirmem. Isto pode querer dizer que o Plano Director sofra ajustamentos e revisões periódicas implicando que o processo da sua concretização pelos órgãos do poder - que tem vindo a ser designado por implementação, a partir do inglês *implementation* - deva ser acompanhado por um corpo técnico conhecedor do plano e das suas intenções.

Plano de Urbanização

Num sentido restrito um plano de urbanização significa a localização dos espaços para os usos mais apropriados e a sua infra-estruturização. Isto implica o posicionamento das massas construídas de forma a criar relações eficazes entre volumes bem proporcionados com boa orientação e aspecto; a provisão de acessos expeditos,

atraentes e seguros, às construções; o traçado da rede de circulação de veículos e peões e dos locais do seu estacionamento; a drenagem e as infra-estruturas de fornecimento de água, esgotos e energia; a preservação de vantagens naturais e de características históricas do sítio, incluindo a sua valorização por tratamento paisagístico.

Num sentido mais lato o plano de urbanização implica a consideração do sítio em relação ao padrão físico e tendências de crescimento económico da área maior da qual é parte.

Deve, portanto, ser feita a análise do crescimento, constituição familiar e níveis económicos da população, escolas, padrões de tráfego e transporte e direcções tendências de crescimento.

Deve ser feita uma análise dos custos de desenvolvimento em termos de densidades, tipos de casa, tipos de construção, topografia e movimentos de terras, e requisitos locais dizendo respeito a regulamentos de zonamento e planos de pormenor e infra-estruturas. Para locais grandes, implicando vários tipos de casa, usos comerciais e/ou industriais, escolas, igrejas, etc. são necessárias análises mais extensas. Para locais mais pequenos, fazendo parte de "bairros" já estabelecidos, a análise não precisa de ser tão abrangente.

Pode, pois, fazer-se um plano de urbanização para uma comunidade completa, o que implica todos os tipos de uso que se encontram numa cidade, ou para um bairro, usualmente considerado como uma área homogénea suficientemente grande para justificar uma escola primária; ou ainda para parte de uma unidade populacional do tipo bairro. A distinção entre "Geral" e "Parcelar" define não só o âmbito do plano mas também o nível de pormenor com que a área abrangida pelo plano será tratada.

Planos parcelares. Plano de Pormenor.

Os planos parcelares dizem respeito a partes de um todo abrangível ou abrangido por um plano director e obrigam a um tratamento mais minucioso de áreas que se vêem de uma forma mais próxima. Em Portugal, a figura de plano que normalmente lhes corresponde tem a forma e designação oficial de "Plano de Pormenor". O "Plano de Pormenor" e o "Plano de Urbanização" podem cobrir áreas e ser tratados em escalas semelhantes e por isso são frequentemente tomados como sinónimos. O Plano de Urbanização, contudo, fornece os critérios-padrão que condicionam a produção do Plano de Pormenor.

O Plano de Pormenor é, assim, um dos aspectos da concretização, ou "implementação", do Plano Director e refere-se à repartição de áreas maiores de terreno de acordo com variados usos, estudando a dimensão e distribuição das parcelas para habitação, comércio, e/ou outros usos, equipamento local e geral, redes de circulação e infra-estruturas e a localização e tamanho dos espaços livres. Seguindo de perto as indicações mais gerais, particularmente as que se referem à distribuição de densidades de habitação e compatibilização de usos, estuda, como o nome indica, pequenas zonas em pormenor tendo frequentemente a dimensão do "bairro" ou seu equivalente, como unidade de trabalho.

Um plano de pormenor segue em geral uma de duas orientações:

a) estabelecer o esquema de ruas, usos públicos e espaços abertos, deixando o loteamento das áreas para uso habitacional a cargo dos proprietários privados e de acordo com a rede viária e infra-estrutural que as serve;

b) incluir, num esquema semelhante, a divisão das áreas habitacionais em lotes conforme à maneira mais conveniente de os servir pelas redes viárias e infraestruturais e por todos os outros serviços e espaços. Esta alternativa, embora vantajosa por variadas e óbvias razões, não é sempre possível se houver vários proprietários na área por causa dos conflitos de interesse na especulação de terrenos. Contudo, um plano de pormenor detalhado ao ponto de incluir os lotes traz benefícios quer para proprietários quer para os futuros utentes, uma vez que tende a tirar o maior partido dos equipamentos servindo a área.

É vital considerar os factores económicos na elaboração de um plano de pormenor. Dizem estes respeito a custos de ruas e infra-estruturas; viabilidade de actividades rentáveis; viabilidade de serviços públicos (transportes, recolha de lixo, por exemplo); custo da terra em termos do investimento original de capital e receita obtida por vendas ou rendas.

Isto, em última análise, determina a acessibilidade da habitação a diferentes níveis económicos e, conseqüentemente, o carácter da área, quer em termos de rendimento dos utentes, quer em termos de densidade: assim e por exemplo, uma área com custos elevados de terreno tem mais probabilidades de estar sujeita a densidades altas.

Os critérios de projecto e construção a que se devem sujeitar os regulamentos de planos de pormenor compreendem:

- a) Ruas: localização; tipos; largura de faixas de rodagens, passeios e zonas de protecção; especificações quanto às pavimentações, inclinações, cruzamentos, curvaturas, alinhamentos, lancis, valetas e passeios;
- b) Quarteirões: dimensões lineares e área, atravessamentos, reservas para o assentamento de infra-estruturas;
- c) Lotes: dimensões lineares e área, forma;
- d) Espaços verdes, parques e recreio: tipo, tamanho;
- e) Infra-estruturas: drenagem, aquedutos e pontes, esgotos pluviais e domésticos, abastecimento de água, electricidade e telecomunicações;
- f) Nomes da área e de ruas; números de porta.

Além destes critérios básicos pode haver outras exigências como, por exemplo, as que se referem ao carácter arquitectónico para se integrar nas formas e ambiente já afirmados na área; os usos aceitáveis para os edifícios; os tamanhos máximos e mínimo em termos de área, volume e altura das construções, etc.

Mas todos estes planos só fazem sentido se forem entendidos como uma forma de transformar o território e tendo por base esse mesmo território. Ou seja, antes de qualquer intervenção urbanística ou no sentido mais amplo de ordenamento do território assenta na morfologia do terreno, nas características da sua localização, nas intervenções humanas antecedentes na hidrologia do “sitio” do seu clima. Por isso não faz sentido que o planeamento urbano se sobreponha ao território, mas antes pelo contrário deve procurar um entozamento do qual resultará um maior equilíbrio ecológico.

Designam-se assim, por espaços abertos todos os espaços não construídos e que pela sua dimensão ou pelo seu propósito ultrapassam o papel necessário à mera circulação entre edifícios. Quando a presença de vegetação é a característica mais importante estes espaços são geralmente designados por espaços verdes.

O papel dos espaços abertos como parques e outras áreas recreativas não é só o de embelezar a cidade; para além do seu papel de filtrante natural de vários tipos de poluição gerados pela cidade contemporânea, eles são espaços essenciais de recuperação das actividades diárias dentro de portas e para o crescimento e expansão da energia natural das crianças; em suma, áreas de equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e o contacto que o homem precisa de ter com os elementos da natureza, espaços de descanso da paisagem urbana e até mesmo evocações do campo.

Por isso compreende-se que o planeamento de parques e a atribuição de localizações de reservas naturais desempenhem um importante papel na generalidade do planeamento físico, especialmente à medida que a cidade vai crescendo e o contacto com a natureza pela actividade agrícola se torna mais remoto.

Para as pequenas cidades e aldeias onde a ruralidade é o traço fundamental do país ou região com que se está a lidar, o planeamento de parques não é prioritário porque, pela sua própria natureza, as reservas de espaços abertos e áreas verdes existem como partes naturais do seu ambiente normal, quanto mais não seja por razões utilitárias primárias: são elas que alimentam a população. Mas, à medida que a área urbana e a especulação imobiliária cresce, a terra é muitas vezes sacrificada para a construção de edifícios, sem qualquer critério sobre o que são as necessidades da população em termos de espaços abertos e recreativos. A própria população parece esquecer uma parte de si própria que está ainda muito próxima da natureza; e quando as necessidades são sentidas, pode já ser demasiado tarde para situar, nos locais adequados, os espaços de lazer público. Além disso, as reservas para parques naturais e regionais, que em aglomerados rurais podem parecer absurdas para as necessidades locais, servem, hoje mais que no passado, também para garantir a conservação de espécies em risco pela actividade dos homens nos lugares em que estão.

Em Portugal surgiram, a partir dos anos oitenta, as noções de Parque Natural, Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e outras, que visam a garantir o equilíbrio entre as áreas construídas e as não construídas do país e que contêm implícitas noções de conservação limitando grandemente a construção dentro do seu perímetro.

Ferramentas de trabalho dos Urbanistas

Todos estes planos, são criados a partir da recolha de uma grande variedade de informações (físicas, sociológicas, ambientais, patrimoniais...) e tratados de forma espacial. Por isso tem vindo a ser desenvolvida uma nova tecnologia, que permite relacionar e posicionar essa informação. Trata-se do que se convencionou denominar por SIG ou seja Sistema de Informação Geográfica. Para os urbanistas, juntamente com o CAD (Desenho Assistido por Computador) estes recursos de trabalho fazem parte do seu dia a dia, facilitando as tarefas que anteriormente levavam muito mais tempo para realizar. Todos os cursos superiores de Urbanismo tem por isso uma forte componente de CAD e de GIS.

O que é um SIG ?

Um sistema de informação geográfica (SIG) é uma ferramenta de software para produzir mapas e para analisar o que existe e os eventos que acontecem na terra. A tecnologia SIG integra operações correntes de gestão de base de dados, como inquirição e análise estatística, com os benefícios de visualização e de análise geográfica únicos

proporcionados pela utilização de mapas. Estas capacidades distinguem o SIG de outros sistemas de informação e fazem deste uma ferramenta valiosa e insubstituível para uma vasta gama de empresas públicas e privadas, para explicar eventos, prever resultados e planear estratégias

A produção de mapas e a análise geográfica não são novos, mas um SIG executa estas tarefas melhor e mais depressa que os velhos processos manuais. Hoje, o SIG, emprega centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. O SIG é ensinado em escolas primárias, escolas secundárias e universidades por todo o mundo.

Tomar Melhores Decisões

A velha máxima "melhor informação leva a melhores decisões" é uma verdade com o SIG como é com outros sistemas de informação. Um SIG, no entanto, não é um sistema automático de decisão, mas sim uma ferramenta para inquirir, analisar e mapear dados em apoio ao processo de tomada de decisão. O SIG pode ser utilizado para tomar uma decisão sobre a localização de uma nova urbanização, com um impacto ambiental mínimo, localizada numa zona de baixo risco e perto de um centro populacional. A informação poderá ser apresentada sucinta e clara sob a forma de um mapa e relatório, permitindo aos decisores fazer o enfoque nas questões essenciais em vez de tentarem compreender os dados. Porque os resultados de um SIG podem ser obtidos muito depressa, podem ser avaliados múltiplos cenários de forma eficiente e efectiva.

Componentes de um SIG

A SIG operacional integra cinco componentes chave: hardware, software, dados, pessoas, e métodos.

Hardware

O hardware é o computador no qual o SIG funciona e os periféricos que utiliza. Hoje, o software SIG funciona num vasto leque de tipos de hardware, desde grandes servidores centralizados a computadores pessoais utilizados em configurações autónomas ou em rede.

Software

O software SIG disponibiliza as funções e as ferramentas necessárias para armazenar, analisar, e visualizar informação geográfica. Os componentes de software chave são:

- ferramentas para a entrada e a manipulação de informação geográfica
- um sistema de gestão de bases de dados relacional (SGDB)
- ferramentas que suportam inquirição, análise e visualização geográfica
- uma interface gráfica com o utilizador (GUI - Graphical User Interface) para acesso simples às ferramentas SIG

Dados

Provavelmente a componente mais importante de um SIG são os dados. Os dados geográficos e os dados tabulares relacionados podem ser coligidos internamente ou

adquiridos a um fornecedor de dados. O SIG integrará os dados espaciais com os dados provenientes de outras fontes, e poderá mesmo usar um SGDB, utilizado em muitas organizações para organizar e manter os seus dados, para gerir os dados espaciais.

Pessoas

A tecnologia SIG é de valor muito limitado sem as pessoas que gerem o sistema e desenvolvem os planos para a sua aplicação na resolução dos problemas reais. Os utilizadores SIG vão desde especialistas técnicos que concebem e mantêm o sistema àqueles que o utilizam como um auxiliar na execução das suas tarefas diárias.

Métodos

Um SIG com sucesso executa de acordo com um plano e regras bem definidas, os modelos e as práticas operacionais que são únicas em cada organização

Como funciona um SIG

Um SIG armazena informação sobre o mundo como uma colecção de níveis temáticos que podem ser ligados entre eles por via da geografia. Este conceito simples mas extremamente poderoso e versátil, tem provado ter um valor incalculável na resolução de muitos problemas reais, desde otimizar percursos de distribuição, arquivar pormenores de aplicações de planeamento, ou modelar a circulação atmosférica global.

Referências Geográficas

A informação geográfica possui ou um referência geográfica explícita, como por exemplo uma latitude e uma longitude ou uma coordenada militar, ou uma referência implícita como por exemplo um endereço, código postal, freguesia, subsecção estatística, código de parcela cadastral ou nome do itinerário. Um processo automático designado por "geocodificação" é utilizado para criar referências geográficas explícitas (localizações múltiplas) a partir de referências implícitas (descrições como por exemplo um endereço). Estas referências geográficas permitem localizar na superfície da terra, entidades como por exemplo uma loja ou uma parcela de terreno, e eventos como por exemplo um terramoto, para posterior análise.

Modelos Vectorial e Raster

O sistemas de informação geográfica trabalham com dois tipos diferentes fundamentais de modelos geográficos o "modelo vectorial" e o "modelo raster".

No modelo vectorial, informação acerca de pontos, linhas e polígonos é codificada e armazenada como uma colecção de coordenadas x,y. A localização de uma entidade ponto, como por exemplo um furo artesiano, pode ser descrito por uma simples coordenada x,y. Entidades lineares, como por exemplo estradas e rios, podem ser armazenadas como um colecção de pontos coordenados. Entidades poligonais, como por exemplo uma albufeira ou um território de vendas, podem ser arzenados como uma sequência fechada de coordenadas. O modelo vectorial é extremamente útil para descrever entidades discretas, mas menos útil para descrever entidades que variam de forma contínua, como por exemplo o relevo ou a acessibilidade a um hospital.

O modelo raster desenvolveu-se para modelar entidades contínuas como as referidas. Um imagem raster é composta por uma colecção de células de uma grelha ("grid") como num mapa ou numa foto passado num "scanner". Qualquer dos modelos vectorial e raster para armazenar dados geográficos têm vantagens únicas e desvantagens. Um SIG moderno é capaz de lidar com ambos os modelos.

Tecnologias Relacionadas

Os SIG estão directamente relacionados com outros tipos de sistemas de informação, mas é a capacidade de manipular e de analisar dados geográficos que a define como uma tecnologia à parte. Embora não exista uma regras simples e eficaz sobre como classificar diferentes sistemas de informação, os tópicos seguintes deverão contribuir para ajudar a diferenciar a tecnologia SIG em relação às tecnologias "desktop mapping", CAD ("computer-aided design"), detecção remota, GPS ("Global Positioning System") e SGDB (Sistemas de Gestão de Bases de Dados).

Desktop Mapping

Um sistema "desktop mapping" utiliza a metáfora mapa para organizar dados e a interacção com o utilizador. O foco destes sistemas está na criação de mapas: o mapa é a base de dados. A maioria dos sistemas "desktop mapping" tem capacidades limitadas de gestão de dados, análise espacial e customização, e executam em PCs, Macs e pequenas estações Unix.

CAD

Os sistemas CAD foram concebidos para criar planos e projectos de edifícios e de infra-estruturas. Esta actividade determinou que componentes com características fixas sejam assembled para criar a totalidade da estrutura. Estes sistemas requerem poucas regras para especificar como esses componentes podem ser assembled e dispõem de capacidades analíticas muito limitadas. Os sistemas CAD tem vindo a ser extendidos para suportar mapas, mas têm tipicamente uma utilidade limitada para a gestão e análise de grandes bases de dados geográficas.

Detecção Remota

A detecção remota é a arte e a ciência para efectuar medições na terra utilizando sensores, como por exemplo câmaras fotográficas transportadas em aviões e satélites. Estes sensores coligem informação sob a forma de imagens e os sistemas de detecção remota dispõem de capacidades especializadas para a manipulação, análise e visualização dessas imagens. Por ausência de fortes capacidades de gestão de dados geográficos e de algumas operações analíticas, não podem ser considerados como verdadeiros SIG.

GPS

A utilização de receptores de sistemas de posicionamento global (GPS) por satélite, tem-se assumido como uma das principais fontes de introdução de novos dados geográficos para os SIG. Com um receptor GPS, a digitalização de entidades geográficas (pontos, linha e áreas) e a respectiva classificação alfanumérica, tem lugar directamente na superfície da terra, acelerando o processo de entrada de dados no SIG.

SGDB

O sistemas de gestão de bases de dados especializaram-se no arquivo e gestão de todos os tipos de dados, incluindo dados geográficos. Os SGDB estão otimizados para armazenar e pesquisar dados e muitos SIG assentas nestes com este objectivo. Eles não possuem no entanto as capacidades analíticas e de visualização de dados comuns ao SIG.

Fonte: <http://www.octopus.pt/sig> (OCTOPUS / ESRI)

7- A ECONOMIA URBANA

A realidade tem um carácter uno que deve ser encarado sobre um prisma particular por cada ciência. A Economia abarca essa realidade através duma abordagem específica: a óptica da ciência económica. Contudo, isto só se verifica quando se impõe o recurso a técnicas ou a instrumentos de análise científica, numa complexidade de relações/domínios de fronteira com outras ciências, já que, como é do conhecimento geral, o domínio abarcado pelos diversos ramos do conhecimento científico não tem sido invariante ao longo da história

Um outro aspecto a ter em atenção por quem se ocupa destas questões é a necessidade de distinguir entre o que na Economia é conhecimento, e o que resulta da aplicação prática desse conhecimento, isto é, distinguir o corpo científico do político.

Assim, a Economia, enquanto disciplina, procura explicações em termos do comportamento dos agentes que produzem decisões. O processo de produção de decisões, operando no mercado, determina o uso e a atribuição de recursos escassos. Os preços estabelecidos têm um papel fundamental na afectação de recursos a diferentes usos e na determinação do respectivo nível e distribuição de rendimento.

A Economia é o estudo da forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor, e como os utilizam entre os seus diferentes membros.

P. A. Samuelson

O mecanismo dos preços e dos mercados é básico em qualquer abordagem económica. A economia urbana não escapa a essa influência. Os preços e a teoria da afectação dos recursos devem contribuir para explicar o funcionamento interno de muitos fenómenos urbanos que, sendo constituídos por realidades múltiplas e heterogéneas, abarcam na sua globalidade uma série de domínios que exigem um tratamento multidisciplinar.

A Economia Urbana consiste, na análise da cidade enquanto sistema de organização económica. É uma visão própria do fenómeno urbano que projecta o ponto de vista da ciência económica e visa a racionalidade das decisões que concorrem para ordenar progressivamente os bens raros e os serviços urbanos com vista a atingir as finalidades do homem na cidade.

A Economia Urbana ocupa-se dos fenómenos mais directamente associados ao prodigioso crescimento das cidades na época contemporânea.

G. Charbot 1954

Antecedentes da Economia Urbana

A Economia Urbana é um ramo da Economia relativamente recente. Como objecto de investigação académica com uma base teórica coerente, tem uma história de quatro ou cinco décadas, contrastando com outros ramos do pensamento económico (p/ex: finanças públicas, economia internacional, economia do trabalho, ...) já com muitas décadas de existência.

À semelhança de tantas outras disciplinas novas, a economia urbana importou as suas técnicas de investigação de disciplinas mais antigas ou de fronteira, nomeadamente

da economia espacial. Contudo, os métodos de análise urbana desenvolveram-se, mesmo antes que uma teoria geral dos conjuntos urbanos tivesse tomado corpo.

Para lá das questões relacionadas com o espaço económico, também os trabalhos de geografia humana e os primeiros desenvolvimentos da contabilidade regional foram fontes inspiradoras, muito embora a economia urbana não se tenha restringido a qualquer delas.

A obra de Alonso intitulada “Localização e Uso da Terra” (1964) foi decisiva para o avanço do pensamento no domínio da economia ligada às cidades e ao seu desenvolvimento, muito embora autores anteriores já tivessem dado contributos positivos nesta área. É o caso de Adam Smith que desenvolveu uma perspectiva relativamente elaborada sobre as cidades e as respectivas funções e de Von Thunen que, quinze anos volvidos, veio introduzir conceitos teóricos de que os economistas urbanos viriam a utilizar. Posteriormente Marshall e outros autores neoclássicos pouco acrescentaram relativamente às áreas urbanas, o que pode parecer bizarro numa altura em que o processo de urbanização se acelera nos países desenvolvidos.

Depois da II Grande Guerra Mundial, o progresso da ciência económica levou também ao desenvolvimento da problemática urbana. Uma das maiores contribuições desta época foi um documento empírico publicado por C. Clark em 1951, onde foram produzidas estimativas de densidade populacional urbana relativamente a um conjunto de cidades a nível do globo. Este trabalho foi estímulo para outros, muitos dos quais publicados nos finais da década de sessenta e na década de setenta. Wingo (1961) foi um precursor dos estudos teóricos nestes domínios.

Após 1964, começa a afirmar-se de forma decisiva a Economia Urbana como domínio autónomo da Economia, com o desenvolvimento da investigação teórica que muito beneficiou, de resto, dos progressos conseguidos noutros ramos da ciência económica, designadamente no campo da micro-economia. Com efeito, a teoria da Economia Urbana socorre-se da utilização de instrumentos da teoria micro-económica, que lhe permite analisar os comportamentos dos consumidores/produtores numa perspectiva de funcionamento de mercados, que aplica num contexto territorial à escala urbana e interurbana.

A influência da escola alemã, particularmente os trabalhos de Lösch (1954), foi decisiva para os progressos dos anglo-saxónicos na formulação de modelos de base territorial. Contudo, só nos anos oitenta os economistas urbanos conseguiram “afinar” modelos territoriais de equilíbrio geral para uma dada área urbana. Os problemas inerentes aos modelos estáticos foram outra das dificuldades sentidas e só parcialmente ultrapassadas.

Um outro aspecto importante tem a ver com a relação, não acidental, entre a evolução da economia urbana (a partir de meados da década de sessenta) e as preocupações sentidas na identificação dos problemas e no apontar de meios para a sua resolução, designadamente em domínios relacionados com a luta contra a pobreza, a exclusão e violência urbanas. As questões de “governabilidade” das cidades, decorrentes destes problemas, constituíram um poderoso desafio que se colocou à Economia Urbana, bem como a outros ramos da economia e a outras disciplinas. Em causa está, partindo de uma abordagem integrada da problemática urbana, o tentar encontrar soluções de apoio aos decisores/governantes.

Com efeito, o lugar da cidade no centro do sistema económico assumiu preponderância num mundo em que a urbanização do território se tem vindo a acelerar.

A Economia está cada vez mais ligada aos sectores terciário e “quaternário”, de tal forma que se pode dizer que é a Economia dos grandes conjuntos urbanos.

A cidade para além de ser um tradicional mercado de bens e serviços, um conjunto de factores produtivos interagindo, uma fonte de externalidades, um centro de formação e redistribuição do valor, um centro autónomo que impõe as suas decisões sobrepondo-as às de outros agentes económicos, é também possuidora dos atributos de um verdadeiro agente económico: património; funções; finalidades; poder de decisão e lógicas próprias.

A cidade é um verdadeiro “laboratório” para a sociedade do futuro, onde o economista, a par de outras formações disciplinares, projecta sobre os aspectos variados do fenómeno urbano a perspectiva da organização/ordenamento, utilizando técnicas e métodos particulares.

O economista contribui para os estudos urbanos tentando dar resposta a questões como estas:

- a cidade tem ou não um comportamento racional nas suas actividades e no seu desenvolvimento?
- a que lógicas deve obedecer esse comportamento?
- é possível prever um crescimento harmonioso dos conjuntos urbanos?

O objecto da Economia Urbana

As formulações teóricas vão incidir sobre algumas áreas particularmente pertinentes na vida das cidades e no relacionamento entre elas, isto é, sobre mercados urbanos específicos.

As questões relacionadas com os mercados de habitação são uma dessas áreas de destaque, já que a habitação é simultaneamente o primeiro e o maior fornecedor de *inputs* para muitos negócios urbanos. Em causa está a localização da habitação e os comportamentos da oferta e da procura de habitação face às flutuações dos preços, analisando as suas interacções num contexto de afectação de recursos e de máxima utilidade.

A tónica tem sido colocada em aspectos diferenciados deste mercado consoante as contingências espaço-temporais o solicitam. A resolução de problemas ligados aos baixos rendimentos, à produção de habitações a baixos custos, à adequação das tipologias de habitação, à longevidade do parque habitacional e à sua manutenção/reciclagem, às rendas, aos financiamentos, são alguns dos múltiplos aspectos que preocupam o economista urbano e para os quais os avanços alcançados, têm sido moderados.

Outra área importante relaciona-se com a localização das actividades económicas no contexto especificamente urbano. Esta abordagem torna-se particularmente complexa atendendo às características espaciais das áreas urbanas e às suas mutações.

Os transportes são outro domínio privilegiado muito ligado à dimensão territorial. As principais formulações teóricas orientaram-se no sentido de criar modelos adequados para o planeamento dos transportes em áreas urbanas e de aprofundar análises custo-benefício, designadamente para dar resposta aos problemas da escolha modal, da evolução da procura, etc. Os transportes interagem com os diversos aspectos do desenvolvimento urbano. Variações no rendimento e alterações dos preços de modos alternativos têm grande influência na escolha modal. O crescimento das cidades coloca

novos problemas a necessitar resposta. Um exemplo do que se afirma prende-se com as implicações que comunicações mais rápidas e baratas podem ter no alastramento de situações de suburbanização, designadamente nas áreas metropolitanas.

A localização de equipamentos, públicos ou privados, é outra questão de interesse para a economia já que a respectiva localização e acesso aos seus benefícios, por parte de residentes, são bens valorizáveis a ter em conta.

Estas problemáticas prendem-se com questões de “governabilidade” e de financiamento, já que os poderes públicos, aos diversos níveis estão altamente envolvidos no fornecimento de serviços aos residentes urbanos e na regulação das actividades urbanas, e para essas funções é central o problema da afectação de recursos.

Ainda a nível urbano, as questões relacionadas com o ambiente e com os níveis de qualidade de vida das populações, cada vez mais produzem impactos relevantes no comportamento dos diversos mercados. Apesar dos economistas terem vindo a conferir atenção crescente ao estudos desses efeitos é sempre tarefa complicada e eivada de subjectividade valorizar e medir os possíveis benefícios ou prejuízos desses aspectos.

Passando a uma outra escala de problemas urbanos verificamos que um dos aspectos que mais interrogações levanta tem que ver com a escala da própria cidade, isto é, a alegada excessiva dimensão das grandes cidades, com as consequências que lhe estão inerentes em termos de externalidades positivas, mas também negativas, designadamente poluição e congestionamento. O que terá a economia a dizer sobre a dimensão “ótima” duma cidade? Que economias de escala e de aglomeração se podem criar, originando distorções internamente à cidade e na sua relação com as outras cidades, num mundo em que o processo de globalização associado à urbanização se acentua?

Estes problemas de economia urbana, à grande escala, são mais penalizantes para os países em vias de desenvolvimento do que para os países desenvolvidos, pelos estigmas que têm que arrastar na resolução dos problemas urbanos, designadamente relacionados com os ritmos de urbanização, a escassez de recursos, os “déficit” democráticos, entre outros.

A Economia Urbana e o Desenvolvimento

A Economia Urbana é um domínio particular da ciência económica que recebe muito da sua razão de ser pelo facto do solo ser um *input* de importância em qualquer actividade económica. Daí que, em contraste com o que se passa noutros domínios da economia em que esta componente “física” tem sido sistematicamente esquecida, a economia urbana dê particular relevo ao território e às tendências de concentração de pessoas e actividades que nele ocorrem.

Com efeito, um sistema económico é, também, um sistema territorial. É ainda um problema de afectação/gestão de recursos escassos (em quantidade, qualidade) a diversos usos, que está no cerne das preocupações dos economistas urbanos e que os projecta nos territórios, na sua ocupação e na sua utilização, procurando “dialogar” com as diferenças, tendo em vista uma tomada de decisão que procure o máximo da eficiência na acção.

As componentes e dinâmicas económicas estão entre os vectores mais importantes do processo de urbanização que tem produzido a transformação da sociedade.

A eficiência do uso dos recursos internamente a uma área e entre diferentes áreas urbanas é extremamente pertinente para o desempenho económico presente e futuro de uma nação.

Na realidade a urbanização é um processo económico com uma dimensão territorial no qual os factores de produção, as empresas e as localizações, se tornam cada vez mais especializados e diferenciados uns dos outros.

A distribuição do crescimento entre áreas urbanas é, assim, uma dimensão do padrão de crescimento económico. À medida que uma área urbana cresce em população adquire novas funções e expande actividades nela instaladas, são alteradas as respectivas ligações com os *hinterland* e com o sistema urbano no seu conjunto. Este dinamismo é acompanhado pela expansão do seu espaço físico e o seu funcionamento interno sofre ajustamentos.

As interacções económicas que contribuem para a identidade de uma área urbana, ocorrem em mercados e as áreas urbanas podem ser perspectivadas como um sistema económico compreendendo um complexo de mercados, cada qual com a sua extensão territorial: mercado de trabalho; mercado de solo, mercado de habitação, mercado de capitais, mercado para a distribuição de inúmeros bens e serviços.

A expansão territorial deste mercados não é necessariamente coincidente, mas eles interligam-se por forma a constituir uma efectiva “economia urbana”, que pode ser considerada como uma unidade primária de geração de emprego e de rendimento.

O conjunto das áreas urbanas, com uma articulação sistémica, tem evoluído como um mecanismo económico real, em resposta aos constantes estímulos de mudança das necessidades económicas da sociedade na produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

A eficiente ligação económica - área urbana/sistema urbano - é fundamental para a racionalidade do crescimento económico.

As funções económicas básicas desempenhadas pelas áreas urbanas dizem respeito à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, em que recursos escassos, com usos alternativos, são destinados à satisfação das múltiplas decisões da procura.

A área urbana é, portanto, este lugar privilegiado de localização da produção e do consumo, suscitando condições que facilitam a especialização na produção e distribuição de bens e serviços. A área urbana é em si própria um mercado de bens e serviços para o consumo de massas.

Para os produtores as áreas urbanas oferecem vantagens únicas de economias de escala, localização e urbanização, bem como vantagens de abastecimento em factores de produção. Para os consumidores existem oportunidades de obter maiores rendimentos e ter uma maior oferta e variedade de empregos e serviços. A especialização depende da extensão de mercado e daí a importância das actividades exportadoras para o desenvolvimento de uma área urbana. A economia urbana é, essencialmente, uma economia aberta.

As vantagens económicas de um dado sistema urbano para um uso eficiente dos recursos, podem ser examinadas na perspectiva da especialização, da complementaridade entre actividades, das economias de urbanização, do abastecimento e das vantagens de consumo, que este sistema proporciona.

A interacção entre os diversos territórios com base nos custos associados à produção e ao consumo em cada um deles, dão origem a problemas complexos de determinação de quais as localizações óptimas para desenvolver determinado tipo de actividades económicas, sabendo-se que nesta tarefa, existe uma tensão entre a

existência de localizações mais ou menos atractivas por um lado, a par de outras manifestamente desadequadas ou repulsivas por outro. Um exemplo tirado da vida corrente tem a ver com o comportamento de um comerciante retalhista que procurará estabelecer a sua actividade onde considere usufruir do máximo de vantagens proporcionadas pela procura dos consumidores, distanciando-se, quanto possível, dos seus competidores directos que lhe podem prejudicar os proveitos de uma situação monopolista.

Assim, num mundo em que a urbanização se processou e se continua a processar a ritmo acelerado e em que a organização da sociedade está cada vez mais dependente de um estilo de vida urbano, será um lugar comum ao afirmar-se que não é possível esquecer ou minimizar a importância das considerações de natureza económica no funcionamento do(s) sistema(s) urbano(s) e de cada área urbana individualizada.

O papel dos governos, essencial na gestão destas áreas, deve ser fundamentado com um conhecimento maior dessas dimensões económicas da urbanização, aos diversos níveis, que contribuirá para que essa acção seja o mais qualificada e efectiva possível, designadamente no desenvolvimento do sistema urbano.

A complexa, interdependente e infundável cadeia de decisões tomadas pelos indivíduos, pelas empresas e pelos organismos públicos, tem moldado e orientado o desenvolvimento urbano, estimulando-o no tempo e no espaço, retardando-o ou redireccionando para outros tempos e outros espaços
Brian Goodwall

O grau da investigação teórica na determinação da localização urbana das actividades económicas não tem andado a par com a importância que esta questão assume actualmente, tendo os economistas urbanos avançado mais noutras áreas de reflexão, cujo interesse não se minimiza, como sejam, por exemplo, a abordagem da estrutura económica do mercado urbano de habitação e do transporte urbano.

Contudo, atendendo ao interesse em determinar as “forças chave” usadas para explicar e avaliar as decisões de actividade e de localização intraurbana, as formulações teóricas deveriam possibilitar a resposta a questões como estas:

- Como se processa a localização das actividades económicas em resposta a alterações ocorridas em determinadas “forças chave” como tecnologias de produção e de distribuição, variações na densidade populacional, nos rendimentos e nos custos de transporte, etc.?
- Como se formam os centros e subcentros de produção e de troca?
- Qual a adequação dos número e dimensão dos centros e subcentros relativamente à distribuição da população?
- Como otimizar o ajustamento na disponibilização dos serviços e dos equipamentos e dos respectivos preços, tendo em atenção preocupações de eficiência e de equidade?
- Que políticas adoptar por forma a melhorar a eficiência e a equidade das localizações, etc.?

Não obstante a falta ou insuficiência de respostas para muitas destas questões, cada vez mais as preocupações das entidades públicas e privadas se detêm nos sistemas urbanos e nos seus desequilíbrios. Os próprios economistas, não obstante os mecanismos da sociedade urbana serem frequentemente de natureza económica, só tarde reconheceram que os sistemas urbanos eram campos privilegiados requerendo a sua atenção. Com efeito, uma ilustração destas problemáticas tem que ver com a

concentração de populações e actividades em áreas urbanas, que veio chamar a atenção para problemas pré-existentes relacionados com o uso dos recursos e de que são exemplo:

- O congestionamento em vias urbanas e outras redes de transportes urbanos.
- Os problemas relacionados com a escassez/desadequação do parque habitacional, com a insuficiência das redes de abastecimento, etc.
- As consequências da poluição da água e do ar.
- As disfunções criadas pela distribuição de serviços e equipamentos públicos.
- Outras disfunções de ordem quantitativa e qualitativa relacionadas com o ambiente urbano e que dificultam a melhoria dos níveis de qualidade de vida, sentidas nas áreas urbanas.

Os sistemas urbanos deverão ser estudados tendo em atenção a sua eficiência e o seu funcionamento em termos de utilização dos recursos designadamente face às pressões a que estão sujeitos no sentido de se adaptarem às mudanças ocorrentes.

Anexos

Caracterização da Profissão de Urbanista

Guia de caracterização profissional- 1º volume -

Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional (DGEFP)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

http://www.dgefp.mts.gov.pt/guia_profissoes/1998/grafica/index.html

Natureza do Trabalho

Os urbanistas desenvolvem estudos, planos e projectos que visam promover o crescimento e a revitalização harmoniosa das áreas urbanas, suburbanas e rurais, considerando aspectos geográficos, sociais, económicos e ambientais. Elaboram planos gerais com vista à melhor utilização do espaço por parte de uma comunidade, definindo a localização das áreas residenciais, comerciais, industriais e recreativas. Esses planos podem abranger um quarteirão, um bairro, uma vila, uma cidade, um concelho, ou uma região. O trabalho dos urbanistas visa, não só fazer face a futuros problemas, mas igualmente apresentar soluções para problemas territoriais actuais.

Um plano urbanístico apoia-se na recolha e análise de dados de natureza demográfica, climática, geológica, social, económica e legal que caracterizam o local e que possam afectar a utilização do território. Os urbanistas procedem, então, à elaboração do plano (sob a forma de desenho), que contempla o volume dos edifícios, as vias de comunicação, os espaços verdes e os terrenos destinados à habitação, ao comércio, à indústria e aos equipamentos sociais (escolas, mercados, quartéis de bombeiros, etc.). No seu trabalho, consideram o crescimento demográfico, a dinâmica económica, os fluxos de tráfego, a rede de transportes públicos, a poluição atmosférica e todas as infra-estruturas, nomeadamente as redes de esgotos e de água.

Posteriormente, após a aprovação pelas instâncias competentes (Câmaras Municipais e/ou Governo Central) acompanham a implementação do plano. Nesta fase, é bastante importante o contacto com a população, de forma a explicar os motivos da intervenção e a facilitar o sucesso do plano. Durante todo o processo, devem ter em atenção o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, bem como todos os planos que se encontrem em vigor para o local.

Podem também ocupar-se do planeamento regional. Neste caso concebem planos de utilização do espaço com vista a salvaguardar florestas, reservas agrícolas (espaços que se distinguem pelos seus produtos: vinho, frutos, azeite, etc.), áreas protegidas e património cultural (edifícios com interesse histórico).

São responsáveis pela produção e actualização de mapas em várias escalas, sejam eles de uma região, de um município, de um centro urbano ou de um bairro. Estes mapas servem para arquitectos e engenheiros obterem dados sobre os terrenos e edifícios existentes, podendo assim realizar os seus projectos. Além disso, analisam os projectos de construção de edifícios, a fim de verificar se cumprem todas as regras do plano de urbanização, caso contrário, sugerem as correcções necessárias.

No seu trabalho recorrem cada vez com mais frequência ao uso de computadores. O cálculo dos custos dos planos, o desenho dos mapas, a previsão das tendências no âmbito da habitação, dos transportes e da população, são algumas das tarefas possíveis de executar mediante o recurso a meios informáticos. Por exemplo, a utilização de sistemas de informação geográfica computadorizados permite construir mapas tendo em conta diferentes variáveis geográficas (relevo, clima, demografia, etc.),

bem como combinar e manipular o documento, com vista à produção de soluções alternativas. Outro exemplo é a utilização do CAD (*computer-aided design*), *software* que auxilia na elaboração de desenhos e planos e que permite visualizar, desenvolver e apresentar opções e fazer alterações mais facilmente. É também importante o uso de técnicas de representação como a fotografia, o filme de vídeo e as maquetas a três dimensões.

Dada a inter-relação com outras áreas profissionais, muito do seu trabalho é realizado em equipas interdisciplinares compostas, para além dos urbanistas, por geógrafos, arquitectos paisagistas, engenheiros do ambiente, arquitectos, economistas, sociólogos, arqueólogos e historiadores, entre outros.

Para desempenharem devidamente as funções que lhe são atribuídas é indispensável possuírem uma elevada capacidade para analisar problemas relacionados com o espaço e sintetizar as correspondentes soluções. Ter habilidade para desenhar, imaginação, criatividade e capacidade para perceber relações de espaço entre objectos são, também, características muito relevantes. De igual modo, é importante compreender as tradições e os mecanismos que regem o desenvolvimento, a vida social e a utilização do espaço das zonas alvo de intervenção urbanística. É necessário que saibam expressar as suas ideias e planos, quer aos outros agentes profissionais com quem trabalham, quer à população-alvo, quer, ainda, às entidades decisoras, pelo que a capacidade para comunicar deverá ser desenvolvida. Para além destas características, devem conhecer muito bem os factores que enquadram a prática do urbanismo: contexto político, económico, legal e administrativo.

Emprego

Na administração pública, as principais entidades empregadoras dos urbanistas são as autarquias, as comissões de coordenação regional e as direcções-gerais dos ministérios implicados no ordenamento do território. Nelas, elaboram estudos e planos de urbanização municipal, regional ou nacional (consoante a entidade empregadora), emitem pareceres técnicos sobre os planos que são submetidos à aprovação e gerem o espaço urbano. No sector privado destacam-se os gabinetes de urbanismo. Nestes, elaboram projectos para operações de loteamento, emitem pareceres referentes a operações fundiárias, actividades de promoção imobiliária ou actividades de desenvolvimento urbanístico. Há, ainda, os urbanistas que optam por trabalhar como profissionais liberais, realizando, por exemplo, estudos encomendados por câmaras municipais. Todavia, para se optar por esta via é necessário dispor de uma longa experiência no planeamento.

Por vezes, acontece que a entidade empregadora ou contratadora dos serviços tem necessidade de mão-de-obra especializada em determinada área (como, por exemplo, transportes ou habitação), daí que alguns profissionais optem pela via da especialização como forma de aumentarem as hipóteses de emprego.

A crescente preocupação com o meio ambiente e a conseqüente necessidade de fazer um planeamento correcto do território têm contribuído para o aumento das possibilidades de emprego. Apesar de muitos desenvolverem as suas funções nos grandes centros urbanos, os urbanistas encontram-se distribuídos por todo o país. Situação que se deve, principalmente, ao papel empregador das câmaras municipais.

Formação e Evolução na Carreira

A complexidade e extensão dos conhecimentos a serem adquiridos bem como o elevado grau de responsabilidade social que certos trabalhos exigem, requerem uma formação superior de nível universitário (...), designadamente num dos seguintes cursos:

Ensino Público	
Licenciaturas	Estabelecimentos
Planeamento Regional e Urbano	Univ. de Aveiro
Arquitectura da Gestão Urbanística	Fac. de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa
Arquitectura do Planeamento Urbano e Territorial	Fac. de Arquitectura da Univ. Técnica de Lisboa
Ensino Particular e Cooperativo	
Licenciaturas	Estabelecimentos
Urbanismo	Univ. Lusófona de Humanidades e tecnologias (Lisboa)
Gestão Territorial e Urbana	Univ. Atlântica (Queluz)

Fontes: Guia de Acesso ao Ensino Superior - Candidatura /98

Existem igualmente algumas licenciaturas cujo último ano corresponde a uma especialização em Urbanismo. (*para além da Arquitectura o mesmo acontece com outras Licenciatura como por exemplo em Sociologia, Geografia, Economia, História da Arte em que o último ano ou variantes do último ano são orientadas para as questões urbanísticas. Também devemos notar que a denominação de Arquitectura nos Cursos de Planeamento Urbano e Territorial de Gestão Urbana da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa não só nada significa em português, como induz os alunos a pensar que estão obtendo formação de arquitectos, (socialmente mais prestigiante !!) quando na verdade pelo conteúdo curricular estão-se formando em Urbanismo e Gestão Urbana. Nota dos autores*)

Hoje a formação mais adequada é uma licenciatura na área do urbanismo. No entanto, pelo facto destas licenciaturas serem recentes, a maioria dos actuais urbanistas possui uma formação superior em *Arquitectura* ou *Engenharia Civil*, complementada com uma vasta experiência nas actividades urbanísticas.

As matérias essenciais, que os cursos devem ministrar, relacionam-se com história do urbanismo e do planeamento, direito do urbanismo e do ambiente, gestão e administração do território, deontologia profissional, papel profissional do urbanista na sociedade e teorias e práticas do planeamento urbanístico. Estes cursos podem, também, incluir outras matérias que directa ou indirectamente afectem a concepção e a gestão do espaço urbano, como sejam: geografia, economia e sociologia urbanas; ecologia, ambiente e paisagismo; acessibilidade, transportes e vias de comunicação; infra-estruturas e serviços urbanos.

Como esta actividade exige muita experiência, o exercício da profissão é antecedido por um período de investigação ou estágio, com a duração de um ou dois anos, consoante se trate de uma licenciatura de 5 ou 4 anos, respectivamente.

No sector público, a carreira inicia-se com um estágio, com a duração de 12 meses. A evolução processa-se de acordo com a existência de vagas, o mérito e o tempo de serviço, havendo a considerar o facto de, por norma, ser uma progressão menos rápida do que aquela que se verifica no sector privado. Neste, a evolução varia de organização para organização em função de aspectos como a sua dimensão e tipo de actividade, assim como da experiência e conhecimentos demonstrados pelo indivíduo.

Ao longo da vida activa é indispensável a actualização e o aprofundamento dos conhecimentos através de acções de formação (por exemplo seminários), sendo também aconselhável a frequência de pós-graduações ou mestrados, tais como *Reabilitação de*

Condições de Trabalho

Grande parte do tempo dos urbanistas é passado em gabinetes, onde analisam os dados recolhidos, elaboram desenhos e planos e analisam projectos. Por isso, é habitual esses gabinetes estarem equipados com estiradores, tecnologias informáticas relacionadas com o planeamento, mapas, maquetas, etc. O restante tempo é passado nos locais objecto da intervenção, particularmente recolhendo dados.

O horário de trabalho dos que estão vinculados à função pública (a maioria destes profissionais) é de 35 horas semanais. Quanto aos que trabalham por conta de outrem no sector privado, a média semanal corresponde a 40 horas de trabalho. Aqueles que desenvolvem a actividade por conta própria têm uma carga horária que varia consoante o volume e o tipo de trabalho que realizam, bem como o prazo de entrega dos projectos que lhes são encomendados. Assim, podem ter que intercalar períodos de grande ocupação com outros de actividade reduzida.

Remunerações

Segundo o Sistema Retributivo da Administração Pública de 1998, os urbanistas que exercem funções na administração pública auferem um salário líquido que se pode situar entre 165.900\$00 no início de carreira e 486.700\$00 no topo. Em relação aos profissionais liberais, as suas remunerações são muito variáveis, oscilando em função de aspectos como a dimensão da área de intervenção, o prazo requerido para a realização do trabalho e a dimensão e composição da equipa com a qual se trabalha. Quanto aos trabalhadores que exercem a profissão por conta de outrem, no sector privado, os valores são também bastante diversos, já que dependem de factores como a dimensão da organização e a experiência e conhecimentos do indivíduo.

Perspectivas

A importância que actualmente é atribuída à qualidade do meio ambiente permite prever um grande desenvolvimento de todas as profissões com ele relacionadas, entre as quais se encontra a de urbanista. Assim, a necessidade de resolver alguns problemas ambientais agravados nas últimas décadas - por exemplo, a incorrecta organização territorial provocada por uma inadequada gestão dos recursos -, bem como a sua prevenção, tornam imprescindível o recurso aos urbanistas, facto que se reflectirá no aumento da sua procura.

Também a necessidade de uma gestão urbanística cada vez mais ampla, assim como as exigências legais em matéria de urbanismo decorrentes da integração europeia, contribuirão para um acentuado desenvolvimento desta profissão nos próximos anos, principalmente nas autarquias, comissões de coordenação regional e gabinetes privados. De igual modo, a exigência por parte da administração pública central, para que as autarquias elaborem e cumpram planos de ordenamento do território, proporcionará um acréscimo da procura de profissionais.

Entre os factores específicos que contribuirão para o crescimento do emprego incluem-se: a construção de equipamentos sociais (por exemplo, escolas, bibliotecas, quartéis de bombeiros e pavilhões polidesportivos) para apoiar as áreas suburbanas com rápido crescimento populacional; a criação de legislação que exija um planeamento cuidado no que se refere, por exemplo aos transportes, construção de edifícios e ordenamento do território; a recuperação e preservação de edifícios com interesse

histórico; a recuperação dos centros das cidades; a definição de um uso justo e correcto do solo, incluindo o da orla costeira e das áreas agrícolas.

Não obstante as perspectivas de emprego serem bastante positivas, os candidatos a urbanistas devem considerar que uma vez integrados na profissão terão de aperfeiçoar a sua formação no decurso da carreira, de modo a atenderem às crescentes exigências do planeamento urbanístico.

Conselho Europeu dos Urbanistas

Documento fundador

Acordo e declaração internacional dos Institutos e Associações de Urbanistas profissionais dos países da Comunidade Económica Europeia

Considerando que:

- 1- A qualidade da organização física, social e económica dos países ,das regiões e das zonas rurais e urbanas diz respeito em primeiro lugar ao público e às autoridades responsáveis no seio da comunidade e de cada Estado membro
- 2- Estas autoridades reconhecem o papel crucial do ordenamento do espaço, quer do ponto de vista nacional como regional e local, para organizar e manter uma organização física, social e económica do território e um ambiente de boa qualidade
- 3- Satisfazer esta função depende da presença e da disponibilidade em todos os níveis, tanto no sector público como privado, de urbanistas profissionais competentes e responsáveis
- 4- Que é pois do interesse público que aqueles que fazem apelo aos serviços de um urbanista possam reconhecer e estar seguros da sua competência e da sua probidade profissional, em condições reconhecidas através de toda a Comunidade
- 5- Não havendo obstáculos legais à livre circulação dos urbanistas e ao seu direito de estabelecimento em qualquer dos Estados membros da Comunidade, mas que existem diferenças substanciais entre estes Estados quanto à definição, objecto, função, campo de actuação, estrutura e exercício da profissão de urbanista, e igualmente quanto à formação, à competência e às regras de conduta dos urbanistas

Os institutos Nacionais e as associações baixo assinadas de urbanistas dos Estados membros, julgam necessário e urgente de se unir para procurar uma harmonização de todas as matérias relacionadas com a profissão de urbanista através da Comunidade. Eles concordaram em particular colaborar no estabelecimento de critérios de competência e de moral profissional, que serão respeitados pelos seus membros e reconhecidos pelos outros. Em consequência reconhecem e declaram:

1-Que formularão uma definição de urbanista profissional por referência ao campo e à natureza das suas actividades, à sua competência, em função da sua formação e da sua experiência, à sua ética profissional em função do código deontológico ao qual está submetido, e à sua pertença ao seu Instituto nacional ou à sua Associação

2-Que os elementos desta definição serão formulados nos anexos ao presente Acordo e Declaração, especificam:

- A natureza e o campo de actividade do Urbanista profissional;
- Os critérios de formação e de experiência profissionais;
- As regras da moral profissional

3- Que esta definição constituirá o critério mínimo de reconhecimento do urbanista profissional na Comunidade e que poderá ser garantido por um símbolo distintivo

4- Que aqueles que respondem a esta definição serão reconhecidos mutuamente na qualidade de urbanista profissional pelos Institutos nacionais e Associações da Comunidade; que os Institutos nacionais e Associações serão livres para determinar os critérios mais exigentes para os seus próprios membros e que o critério mínimo será elevado regularmente por um acordo concluído entre os Institutos e as Associações

5- Que os Institutos e Associações abaixo assinadas procurarão a harmonização das suas exigências no que respeita à formação, experiência e moral profissional com vista a conseguir em tempo útil ao reconhecimento mútuo das condições e das qualificações requeridas para a afiliação

6- Que os Institutos e Associações abaixo assinadas trabalharão com vista à harmonização dos ciclos de formação e níveis de ensino oferecidos pelas instituições académicas nos respectivos Estados membros, assim como ao estabelecimento duma comissão europeia para a formação em urbanismo

7 - Que os Institutos e Associações abaixo assinadas cooperarão na troca de informações e no encorajamento das relações entre os seus membros e com outras organizações relacionadas com a profissão

8- Que os Institutos e Associações abaixo assinadas colaborarão para evidenciar os grandes problemas do urbanismo e do ambiente com incidência europeia e a formular recomendações operacionais

9- Que os Institutos e Associações abaixo assinadas criarão uma Comissão de ligação, fórum onde continuará o trabalho com vista aos objectivos definidos pela presente declaração, que servirá de referencia entre a profissão e os Institutos da Comunidade, e ajudará a promoção e o reconhecimento da profissão de urbanista em cada país membro e na comunidade

10- Que os Institutos e Associações abaixo assinadas desejam a adesão ao presente Acordo e Declaração de todos os Institutos Nacionais ou associação, a sua cooperação e ajuda para atingir os objectivos do presente Acordo, assim como a sua participação ao Comissão de Ligação

NATUREZA E DIMENSÃO DAS ACTIVIDADES DO URBANISTA PROFISSIONAL Anexo A

1- O Urbanismo é um processo que agrupa várias práticas tais como: ordenamento do território, ordenamento regional, planeamento físico espacial, ordenamento urbano e rural, ambiental, sob os seus aspectos socioeconómicos e suas implicações.

2- Domínios e natureza do Urbanismo

O Urbanismo cobre todos os aspectos do ordenamento, a valorização dos territórios e a utilização dos solos. Intervém nos diferentes níveis interdependentes – rural e urbano, metropolitano e regional, nacional e internacional. Reúne todas as formas de actividades relativas aos fenómenos do desenvolvimento. Neste sentido, orienta, valoriza, controla e estimula a perpetua evolução dos meios no respeito do interesse geral.

Acautelando o futuro, o Urbanismo contribui para o desenvolvimento harmonioso das comunidades humanas, estimulando as transformações físicas e sociais dos meios, propondo a optimização dos recursos, prevenindo os conflitos de interesse e atenuando-os. É ao mesmo tempo uma disciplina de concepção e de gestão. Que se aplica tanto à preservação como à transformação das estruturas e do património das regiões urbanas e rurais.

O urbanismo contribui sempre para por em evidencia as liberdades de escolha e as margens de flexibilidade.

Projectando para hoje e para o futuro as diferentes condições da organização social, física e económica dos territórios num meio de qualidade para os habitantes, o urbanismo não é obrigatoriamente determinista. Inscreve-se no enquadramento e mecanismos de decisão das instituições públicas e do sector privado.

Devido à sua influência directa na vida quotidiana dos homens, o Urbanismo tem evidentemente fortes implicações políticas, a participação do público é em elemento indispensável.

3- As qualidades requeridas para os Urbanistas

O Urbanismo busca um enquadramento multidisciplinar afim de integrar os aspectos físicos, sociais, culturais, ecológicos e políticos do território. Os métodos do Urbanista incluem a análise e a síntese, a criação e a composição, a gestão e administração do território.

O Urbanista caracteriza-se pela sua aptidão para trabalhar em equipa de Urbanistas com outros profissionais e com os representantes dos diferentes grupos interessados na evolução do quadro de vida.

4- As missões do Urbanista

Investigador ou prático, o Urbanista propõe políticas de ordenamento e programas de acção, concebe de projectos e viabiliza a sua execução, participa na formação dos Urbanistas.

Através de uma síntese completa e imaginativa, os actos profissionais dos urbanistas contribuem para:

- identificar as necessidades presentes e futuras da colectividade ou da comunidade e por em evidencia as oportunidades, os desafios, as condicionantes e as consequências com vista à acção;
- propor, sob forma de políticas e de planos de ordenamento, as acções necessárias para desencadear, organizar e promover a mudança, apoiando-se nos resultados da investigação;
- assegurar a mediação necessária à implementação destas acções;
- controlar, conduzir e modificar os planos e as políticas em acordo com a evolução das necessidades e dos recursos, e Segundo as directivas gerais que recebem;
- gerir e avaliar os efeitos e as implicações das mudanças desde que estas se revelam.

5- Natureza e campo de aplicação das actividades dos urbanistas profissionais

O Urbanista é:

- Um investigador

- Um profissional
- Um recurso para propostas de políticas e programas de acção
- Um conceitor de projectos, e
- Um realizador

Nos domínios do ordenamento, o Urbanista pode contribuir com as seguintes intervenções:

	Programas de investigação	Políticas/ Design	Concepção	Execução
Desenvolvimento económico urbano e rural	Estudos e análises Recursos técnicos	Planos económicos físicos e estratégicos integrados	Estrutura física e económica integrada	Acompanhamento dos programas de criação e estímulo ao emprego
	Estudos e análises socio-económicas	Projectos de desenvolvimento prioritários	Nacional, regional e local (urbano e rural)	
	Utilização do solo e estudos de impacto ambiental	Projectos de desenvolvimento regional	Normas e regulamentação da utilização do solo	Regulamentação e controle do desenvolvimento Medidas de protecção ambiental para o controle da poluição Participação da comunidade
Ordenamento social e serviços prospectivos	Estudos e análises demográficas Previsões Fornecimento de serviços	Planos de desenvolvimento integrados	Planos de desenvolvimento. Estrutura e relacionamento para as cidades novas, comunidades novas, renovação urbana e rural	Financiamento integrado dos projectos. Controle
Alojamento	Estudos técnicos. Previsão da procura Prestação local de serviços de assistência	Prioridades e opções de resposta às necessidades. Necessidades de alojamento nas zonas urbanas e rurais	Utilização do solo desenvolvimento de planos Planos de enquadramento (urbano e rural)	Estratégias de gestão e de financiamento
Renovação urbana e rural	Estudos e análises técnicas Estudos de capacidade Análise de enquadramento	Opções Políticas de investimento Considerações financeiras e sociais	Projectos de desenvolvimento e planos de renovação em área urbana Projectos de conversão e reabilitação em área rural	Viabilização financeira Fundos “revolving” Controle contínuo e gestão empresarial
Transportes	Previsões da procura Prestação de serviços de transporte Inquéritos sobre origens e destinos Estudos de impacto ambiental e utilização do solo	Planos de transporte multi-modais, nacionais, regionais Planos e políticas de investimento	Integração do transporte com a utilização do solo Utilização do solo e plano de gestão do trânsito Medidas de protecção/trânsito/energia	Prescrições técnicas e programas financeiros Controle/regulamentação do desenvolvimento
Energia	Estudos técnicos de recursos Análise e previsão das	Estratégia nacional integrada da energia Opções de resposta às	Normas para sítios Regulamentações das utilizações e das	Medidas de protecção ambientais e de controle

	procura Estudos de Impacto ambiental e de utilização do solo Métodos de controle do lixo e reciclagem Protecção da paisagem e reabilitação	necessidades e às prioridades Medidas de protecção ambientais Programas de energia para a segurança pública	reabilitações Planos de enquadramento Programas de conservação da energia	Programas de Gestão
Necessidades de comunicação	Previsões de comunicação Avaliação de redes e informática Prestação de serviços e de sistemas Estudos de impacto	Sítios e modelos específicos Estratégias de investimento	Estudos de impacto Utilização do solo Arranjos	Acompanhamento e controle contínuo
Paisagem	Avaliação dos recursos e utilização do solo	Protecção e desenvolvimento da paisagem	Concepção paisagística e projectos de ordenamento de sítios	Medidas de protecção ambiental e controle
Protecção da natureza	Estudos e análises do ambiente natural e construído	Definição de áreas protegidas Projectos de protecção Políticas de protecção	Planos de protecção para os ambientes naturais e humanos	Apoios financeiros Utilização do solo e controle do desenvolvimento
Lazer e turismo	Estudos técnicos Previsões da procura Estudos de impacto	Plano de crescimento potencial Estratégias de investimento Programas de recreio Programas turísticos	Estratégias topológicas Ordenamento de sítios	Iniciativas Planos de gestão
Aspectos legais	Códigos de legislações de regulamentações Questões de indemnizações Coordenação de avaliações técnicas	Planos de desenvolvimento integrado	Atribuição de orçamentos em função dos objectivos	Processos Tribunais Participação do Público

Nota: A gama das actividades coberta pela profissão varia segundo cada país membro da U E . Em cada país membro, os urbanistas podem escolher individualmente de se especializar em diferentes tipos de actividades.

FORMAÇÃO DO URBANISTA Anexo B:

1- O anexo B constitui o quadro da formação mínima do urbanista europeu. A formação do Urbanista tem por objectivo fazê-lo adquirir e manter as competências necessárias ao exercício da profissão definida no Anexo A (Natureza e dimensão das actividades do Urbanista) e no Anexo C (Deveres profissionais do Urbanista). A sua aplicação e as modalidades transitórias deverão ser definidas pelas próprias instituições.

2- O Estatuto e as Competências do Urbanista requerem uma formação orientada para o desenvolvimento da capacidade de identificar situações, enunciar diagnósticos, e formular as soluções por meio da assimilação de conhecimentos interdependentes de ordem física, espacial, técnica, social, cultural, económica e política através da compreensão do processo global de ordenamento do território e das disciplinas e profissões conexas nas suas contribuições ao ordenamento, e pela iniciação à análise, à síntese, à prospectiva, a programação, à criação, à concepção e a gestão.

3- O conteúdo da Formação deve:

- a) aplicar-se às diferentes escalas espaciais e aos diferentes momentos no tempo,
- b) implicar os diferentes contextos e modos de vida (rural, urbana, economicamente desenvolvido ou não),
- c) avaliar e integrar as novas práticas e técnicas profissionais,
- d) compreender uma formação académica e experiência prática
- e) assimilar o estudo do campo do Urbanismo e das contribuições feitas ao urbanismo pelas disciplinas e profissões afins
- f) Englobar um conteúdo comum mínimo de formação que defina o nível e a qualidade mínima da formação, e que será adaptado progressivamente pelo conselho.

4- A estrutura da organização da formação

- a) A formação é de nível universitário.
- b) A formação é organizada no quadro:

- de um programa de estudos de graduação (1º e 2º ciclo) compreendendo um mínimo de 6 anos de formação, incluindo 4 anos de formação académica em tempo completo ou equivalente e 2 anos de experiência profissional ou de investigação incluídos na formação, ou respectivamente 5 anos mais 1 ano: ou

- de um programa de estudos de pós - graduação (3º ciclo) o qual compreende um mínimo de 4 anos de formação, seja 2 anos de formação académica em tempo completo ou equivalente e 2 anos de experiência profissional ou de investigação incluídos na formação.

c) As contribuições das disciplinas afins ao urbanismo são integradas na formação dos urbanistas durante toda a duração dos estudos no quadro dos programas das disciplinas, pelos professores, e pelos estudantes de pós-graduação,

d) Urbanistas profissionais devem ser integrados no corpo docente, a fim de realizar um equilíbrio entre teóricos e práticos no seio do corpo docente.

e) Os estabelecimentos de ensino têm ainda por missão desenvolver a investigação académica e a excelência académica no domínio do Urbanismo e do ordenamento do território.

5- A especialização do Urbanista num domínio particular do Urbanismo pode realizar-se:

- antes dos seus estudos de pós - graduação em Urbanismo,
- posteriormente aos seus estudos de graduação em Urbanismo
- ou em simultâneo e de maneira complementar durante os seus estudos em

Urbanismo

6- As formações de natureza complementar no domínio do Urbanismo devem ser organizadas com vista

- à formação contínua do Urbanista
- à formação de técnicos assistentes do Urbanista
- à sensibilização das profissões conexas ao Urbanismo

Num segundo texto, com base nas diferentes propostas formuladas pelas organizações profissionais sobre o documento acima transcrito, foi recentemente aprovado em Londres pelo Comité Executivo do Conselho Europeu dos Urbanistas em 10 de Junho de 1995 um suplemento ao anexo B da Carta Europeia dos Urbanistas do seguinte teor:

Conteúdo comum dos programas de formação dos Urbanistas

O Conselho Europeu dos Urbanistas define o conteúdo comum mínimo da formação exigida como preparação ao exercício da profissão de Urbanista

Este conteúdo comum é parte integrante do anexo B da Carta Europeia dos Urbanistas: é um elemento fundamental da profissão de urbanista na Europa

Está redigido voluntariamente numa linguagem, e numa ordem destinadas a permitir a interpretação pedagógica diferenciada pelos Institutos e estabelecimentos de formação de urbanistas na Europa, de acordo com as suas orientações específicas.

1- Sobre a compreensão do meio:

A percepção e a compreensão do meio: físico, natural, humano, económico, tecnológico, edificado. O conhecimento e a compreensão das tradições e dos mecanismos que regem o desenvolvimento, a vida social, a produção e utilização do espaço, os mecanismos de evolução dos meios naturais, e a qualidade do ambiente. Os princípios do desenvolvimento sustentado. A compreensão das necessidades da pessoa humana.

2- Sobre a teoria e sobre a metodologia:

Historia e filosofia; Teoria; Lógica dos agentes; Noções de espaço; Noções de tempo. Políticas urbanas, ordenamento do território, e urbanismo: margens de manobra, análises, sínteses, propostas: Metodologias: análise, síntese, proposta / criação / concepção, mediação, execução. gestão, avaliação.

Seleção e concepção de instrumentos apropriados para agir sobre os mecanismos e sobre as estratégias dos agentes. Avaliação das contribuições interdisciplinares e métodos de avaliação continua das políticas publicas. Aprendizagem da investigação, e introdução a tomada em consideração do tempo e dos ritmos na evolução dos habitat humanos.

3- Sobre o quadro institucional:

Legislação e Administração do urbanismo: significado e quadro jurídico das praticas locais e as regras da economia local; compreensão e análise pedagógica das diferenças entre países. Conhecimento e compreensão da articulação dos diferentes níveis: nacional, regional, local, e das sua próprias especificidades.

Conhecimentos gerais sobre as fontes estatísticas, sobre os dados financeiros principais e sobre os indicadores utilizáveis (humanos, físicos, económicos).

4- Sobre as técnicas e as práticas profissionais:

* Mostrar a especificidade dos métodos: Identificação das necessidades; Prospectiva e antecipação das necessidades-estratégias. Formulação do projecto e simulações /

avaliação dos resultados; Capacidade de trabalhar em equipas interdisciplinares; Relações com a população; Mediação de conflitos; Fundamentos do direito aplicado; Gestão e coordenação dos processos de ordenamento. Produção de planos. Ordenamento de sítios.

*Ensinar as noções de estética e adquirir as bases do trabalho de concepção: Arte Urbana; Planos de urbanismo. Planos de ordenamento.

*Técnicas de expressão: Forma conteúdo e transmissão de conceitos aos outros agentes profissionais, à população, aos centros de decisão. Meios de expressão (orais, gráficos, escritos, informáticos).

5- Sobre as matérias profissionais:

Valorização dos conhecimentos, das atitudes e dos saberes específicos aos urbanistas; Responsabilidade do urbanista; Ética / Responsabilidade / hierarquia; Estatutos do exercício; Deontologia; Evolução dos critérios de reconhecimento profissional; Organização profissional.

DEVERES PROFISSIONAIS Anexo C:

1- Os Urbanistas profissionais devem-se conduzir de modo a garantir a boa reputação da profissão em geral e do seu Instituto ou Associação em particular. Devem respeitar e defender a ética e as regras profissionais em vigor nos diversos Institutos e Associações de cada um dos Estados membros no qual exercem a sua missão

2- Cada Instituto ou Associação redige o detalhe das suas próprias regras de conduta profissional e isto, no quadro dos princípios enunciados acima que todos os Urbanistas profissionais , pertencentes a um Instituto ou uma Associação dos Estados membros da Comunidade Europeia signatários do Acordo, devem respeitar.

a) Competência

Tomar as medidas necessárias e razoáveis para manter a sua competência profissional a cada momento, e isto com base no conhecimento das orientações emanadas pelo seu Instituto ou Associação. Os Urbanistas devem-se assegurar de que estão bem informados sobre as necessidades da sociedade na sua globalidade e na diversidade das disciplinas

b) Responsabilidade

Intervir sempre no interesse do quem encomenda o trabalho (mandatário, empregador ou cliente), tendo em consideração que o interesse público deve permanecer predominante.

Informar e por em evidencia toda a informação útil conhecida, assim como os desafios e riscos previsíveis da acção proposta

c) Integridade

Honrar a confiança do seu comanditário (mandatário, empregador ou cliente). Não fazer mau uso das informações de que os Urbanistas profissionais dispõem de modo privilegiado.

Evitar as confusões de interesse, e particularmente a de ser juiz em causa

própria, assegurando-se que todas as propostas que formula sejam conformes à boa fé e às práticas profissionais.

d) Fraternidade

Procurar evitar e eliminar todas as formas de discriminação. Contar apenas com o valor profissional para obter novas missões; não procurar excluir um colega; informar sistematicamente desde as primeiras abordagens todo o colega que anteriormente tivesse intervindo sobre o mesmo projecto com o mesmo tipo de missão. Trabalhar em equipa e colaborar com outros urbanistas quanto necessário. Quando seja empregador, permitir aos seus colaboradores de melhorarem os seus conhecimentos, desenvolver as suas capacidades e aumentar a sua experiência e prática, permitindo a identificação da sua contribuição.

e) Relação com as outras profissões

Reconhecer a especificidade das profissões conexas, procurar a sua colaboração e recorrer às suas especialidades de acordo com a natureza da missão.

f) Remuneração

Não aceitar para remuneração do seu trabalho outro que honorários, complementos ou salário, de acordo com as tabelas aplicadas, eventualmente publicadas pela sua Associação ou pelo seu Instituto profissional, com exclusão de qualquer outro pagamento ou comissão; os Urbanistas exercendo a título honorário podem renunciar a ser remunerados.

g) Publicidade

Quando autorizada a publicidade deve ser honesta, comedida, educada em relação aos concorrentes, e ser baseada em referencias efectivas sem outros interesses comerciais.

3- Cada Associação ou Instituto Profissional é responsável do respeito pelos seus membros das regras acima enunciadas.

(tradução do francês: CESU/ULHT)

CIDADES EUROPEIAS SUSTENTÁVEIS RELATÓRIO

Grupo De Peritos Sobre O Ambiente Urbano

Comissão Europeia, Direcção-Geral XI, Bruxelas, Março De 1996.

<http://europa.eu.int/comm/environment/urban/rport-pt.pdf>

SÍNTESE

O Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano foi criado pela Comissão Europeia em 1991. Em 1993, o Grupo de Peritos, constituído por representantes nacionais e peritos independentes, lançou o projecto «Cidades sustentáveis» que incide sobre o desenvolvimento urbano sustentável e a integração dos objectivos nas estratégias de planeamento e gestão. O principal resultado do projecto, o relatório «Cidades europeias sustentáveis», trata da identificação dos princípios de desenvolvimento sustentável e dos mecanismos necessários para a sua realização, não apenas nas cidades, mas em todos os níveis da hierarquia urbana.

O relatório tem por base uma perspectiva tanto institucional como ambiental. Analisa a capacidade dos poderes locais para assegurar a sustentabilidade. Para alcançar a sustentabilidade é necessário olhar com novos olhos as políticas e mecanismos existentes e definir um conjunto de princípios de base para uma acção sólida em termos ambientais.

A base jurídica e organizativa da acção em prol do ambiente urbano difere, nitidamente, de um Estado-membro para outro, mas, apesar dessas diferenças, os poderes locais em toda a Europa, através das muitas funções que desempenham (nomeadamente, prestador de serviços, regulador, gestor), estão actualmente numa posição forte que lhes permite promover os objectivos da sustentabilidade. O relatório oferece um quadro para a acção local e identifica uma série de princípios a usar no estabelecimento de metas e na medição e acompanhamento dos progressos em direcção à sustentabilidade nas zonas urbanas.

1. Princípio de gestão urbana

A gestão urbana com vista à sustentabilidade é essencialmente um processo político que requer planeamento e se repercute na gestão urbana. O processo de gestão urbana sustentável requer uma série de instrumentos orientados para as dimensões ecológica, social e económica com vista a proporcionar a base necessária para a integração. Ao utilizar esses instrumentos, a formulação de políticas urbanas vocacionadas para a sustentabilidade pode tornar-se um processo mais vasto, mais poderoso e mais ambicioso do que geralmente se admitiu até ao presente.

2. Princípio de integração política

A coordenação e integração serão realizadas por meio da combinação do princípio de subsidiariedade com o conceito mais vasto da responsabilidade partilhada. A integração deverá ser conseguida tanto horizontalmente, para realizar as sinergias das dimensões social, ambiental e económica da sustentabilidade, e verticalmente, entre todos os níveis da União Europeia, Estados-membros, poderes regionais e locais, para conseguir a maior coerência de política e acção e evitar estratégias contraditórias em diferentes níveis.

3. Princípio de reflexão ecossistémica

A reflexão ecossistémica mostra a cidade como um sistema complexo que é caracterizado por processos contínuos de transformação e desenvolvimento. Foca aspectos tais como a energia, os recursos naturais e a produção de resíduos como fluxos ou ciclos. A manutenção, o restabelecimento, a promoção e o encerramento de fluxos ou ciclos contribuem para o desenvolvimento sustentável. A regulamentação do tráfego e dos transportes é outro

elemento da reflexão ecossistémica. A estratégia da rede dupla, que oferece um quadro para o desenvolvimento urbano a nível regional ou local, baseia-se nos princípios da reflexão ecossistémica. Esta inclui também uma dimensão social, que considera cada cidade como um ecossistema social.

4. Princípio de cooperação e parceria.

A sustentabilidade é uma responsabilidade partilhada. A cooperação e parceria entre diferentes níveis, organizações e interesses são elementos essenciais da acção em prol da sustentabilidade. A gestão sustentável é um processo de aprendizagem, no âmbito do qual «aprender fazendo», partilha de experiências, ensino e formação profissional, trabalho multidisciplinar, parcerias e redes, consulta e participação da comunidade local, mecanismos educativos inovadores e aumento dos conhecimentos são elementos essenciais. O desafio da sustentabilidade urbana é procurar solucionar tanto os problemas que as cidades conhecem como os por elas causados, reconhecendo que as próprias cidades encontram muitas soluções potenciais, em vez de os deslocar para escalas ou localizações diferentes ou de os transferir para as gerações futuras. Os padrões organizativos e sistemas administrativos dos municípios deverão adoptar a perspectiva holística da reflexão ecossistémica. Integração, cooperação, homeostase, subsidiariedade e sinergia são conceitos fundamentais para a gestão com vista à sustentabilidade urbana.

Os instrumentos existentes concebidos para a acção ambiental precisam de ser divulgados a fim de abordar as dimensões económica e social da sustentabilidade. A gestão sustentável dos recursos naturais reclama uma abordagem integrada para encerrar os ciclos de recursos naturais, energia e resíduos nas cidades.

Os objectivos dessa abordagem deverão incluir a redução do consumo dos recursos naturais, especialmente dos não renováveis e dos lentamente renováveis; a redução da produção de resíduos pela reutilização e reciclagem, sempre que possível; a redução da poluição do ar, do solo e da água; e o aumento da proporção das áreas naturais e da diversidade biológica nas cidades. Estes objectivos serão mais fáceis de atingir em pequena escala, motivo por que os ciclos ecológicos locais podem ser ideais para a introdução de políticas mais sustentáveis para os sistemas urbanos. O poder local desempenha, pois, um papel crucial.

A sustentabilidade está solidamente ligada aos aspectos socioeconómicos das cidades. Torna-se necessário que a União Europeia e os Estados-membros criem condições que permitam às actividades económicas beneficiarem de um funcionamento mais ambiental. Recomenda-se que os poderes regionais e locais explorem formas de criação de emprego através de medidas de protecção do ambiente, promovam um melhor comportamento ecológico nas empresas existentes e fomentem a adopção pela indústria de uma abordagem ecossistémica. As autoridades deverão reforçar o bem-estar da população e promover a igualdade e integração social assegurando-se de que os serviços e equipamentos básicos, o ensino e a formação, a assistência médica, a habitação e o emprego estão disponíveis para todos. Para resistir às tendências recentes que consistem em ignorar os riscos ambientais e sociais dando prioridade à acumulação de riqueza material é necessário transformar os valores subjacentes à sociedade, bem como a base dos sistemas económicos.

Conseguir uma acessibilidade urbana sustentável é uma etapa essencial para a melhoria global do ambiente urbano e a manutenção da viabilidade económica das cidades. A realização dos objectivos em matéria de ambiente e de transportes exige abordagens integradas, que combinem o planeamento dos transportes, do ambiente e do espaço. Para conseguir uma acessibilidade urbana sustentável é necessário definir objectivos e indicadores de sustentabilidade, estabelecer metas e controlos, a par de políticas tendentes a melhorar não só as condições de mobilidade mas também a acessibilidade. A conciliação da acessibilidade,

do desenvolvimento económico e dos aspectos ambientais deverá ser o objectivo principal da política de transportes urbanos. É necessário um sistema de transporte urbano multimodal integrado, que promova modos de transporte complementares em vez de concorrentes.

Os sistemas de ordenamento do território são essenciais para a execução de políticas urbanas de desenvolvimento sustentável.

Os sistemas de ordenamento do território existentes deverão ser consolidados encorajando abordagens de inspiração ecológica e o abandono de sistemas rígidos na afectação do solo. São encorajadas a identificação de objectivos ambientais numa fase precoce de planeamento, a utilização de metas e indicadores, o melhoramento dos sistemas de participação pública no planeamento e a ligação potencial entre o ordenamento do território e os processos da «Agenda 21». As capacidades de carga do ambiente, a nível local, regional e global, deverão ser aceites como princípios orientadores dentro dos quais se podem discutir outras considerações. A regeneração urbana deverá ser usada para alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável mediante a reciclagem do solo anteriormente utilizado ou dos edifícios existentes, a conservação de espaços verdes e a protecção da paisagem, da fauna e da flora.

Objectivos de sustentabilidade pormenorizados, incluindo o estabelecimento de relações ecológicas, uma melhor acessibilidade, eficiência energética e participação comunitária, deverão também ser perseguidos. A descontaminação do solo poluído, grande preocupação em muitos projectos de renovação urbana, deverá ser vista como parte de uma abordagem integrada que oferece a possibilidade de conseguir subsídios cruzados entre vários locais. As actividades de lazer e turismo podem ter impactes significativos na qualidade do património cultural de uma cidade.

O planeamento do turismo, do lazer e do património cultural deverá ser integrado nas orientações nacionais e políticas regionais que se ocupam de aspectos económicos, sociais, ambientais e culturais. Além disso, as questões relacionadas com turismo, lazer e património cultural deverão fazer parte integrante do processo de ordenamento do território.

O processo para cidade sustentável assenta na criatividade e mudança. Põe em causa a acção tradicional das autoridades e procura novas competências e relações organizativas e institucionais. O presente relatório e as suas recomendações representam uma contribuição para este processo dinâmico, a aperfeiçoar e consolidar à medida que avança o projecto «Cidades sustentáveis».

(tradução do francês: CESU/ULHT)

Referências na Internet:

CESU: Centro de Estudos de Socio-Urbanismo

<http://www.urbanismo-portugal.com/>

Página dedicada à divulgação do Urbanismo em Portugal. Organismos, textos on-line, orientações, informações etc..

NEJPU: Núcleo de Estudantes e Jovens Profissionais de Urbanismo

<http://www.urbanismo-portugal.com/principal.html>

O Núcleo de Estudantes e Jovens Profissionais de Urbanismo é uma Associação que representa Urbanistas e que dá apoio aos estudantes de Urbanismo.

O NEJPU tem vindo a realizar acções que visam o reconhecimento da importância do urbanista no desenvolvimento do espaço, defendendo o ensino do urbanismo, os seus alunos e os urbanistas desempenhando acções que auxiliem o urbanista no desempenho das suas funções.

A defesa do urbanismo e do urbanista são os objectivos primordiais do NEJPU.

APPLA: Associação Portuguesa de Planeadores do Território

<http://sweet.ua.pt/~appla/>

A APPLA, criada em 19 de Abril de 1993, constitui a entidade que representa os licenciados em Planeamento Regional e Urbano e licenciaturas afins e visa, entre outros objectivos, zelar pelos interesses profissionais e sociais dos planeadores, contribuir para a valorização científica e cultural dos seus associados, bem como para a defesa e respeito pelos respectivos códigos deontológicos

CESUR: Centro de Sistemas Urbanos e Regionais

Departamento de Engenharia Civil - Instituto Superior Técnico

<http://cesur.civil.ist.utl.pt/introducao/index.htm>

O CESUR foi criado em 1975, no âmbito do INIC, por um grupo de docentes das áreas científicas da Investigação Operacional e do Planeamento Regional e Urbano de várias escolas da Universidade Técnica de Lisboa

CEU: Conseil Europeen Des Urbanistes

ECTP: European Council Of Town Planners

CEU: Consejo Europeo De Urbanistas

<http://www.ceu-ectp.org/>

O Conselho Europeu dos Urbanistas é uma associação internacional criada em 1979. É o único interlocutor da profissão junto das Instituições Europeias no seio do Secretariado Europeu das profissões liberais (SEPLIS) e está reconhecido pelo Comité Económico e social da União Europeia.

Tem por objectivo assegurar a livre circulação dos Urbanistas nos países membros da União Europeia, pelo reconhecimento mútuo das suas qualificações e competências.

Representar e promover a profissão de urbanista pelo reconhecimento das suas especificidades, da sua ética, dos seus valores e dos seus fundamentos para uma política de gestão e ordenamento do território, junto das Instituições europeias, das Instituições políticas nacionais, das forças económicas e sociais e junto dos cidadãos.

AIU: Association Internacional des Urbanistes

AIU: Asociación Internacional de Urbanistas

ISOCARP: International Society of City and Regional Planners

IGSRP: Internationale Gesellschaft der Stadt-und Regionalplaner

<http://www.isocarp.org/>

É a associação mundial dos urbanistas e foi fundada em 1965 com o objectivo de reunir numa rede internacional, a título individual os urbanistas com elevada qualificação profissional. É uma organização não –governamental e está reconhecida pela ONU, UNESCO e pelo Conselho da Europa

AESOP: Association of European Schools of Planning

<http://www.ncl.ac.uk/aesop/>

Associação fundada em Dortmund, RFA, em 1987, com o objectivo de representar os interesses das escolas de planeamento europeias e promover o desenvolvimento do ensino e da investigação na área do planeamento

ACPS: Association of Collegiate Schools of Planning

<http://www.uwm.edu/Org/acsp/>

Associação de Universidades leccionando na área do planeamento regional e urbano e dedicando-se ao conhecimento das dinâmicas do desenvolvimento urbano e regional.

APSA: Asian Planning Schools Association

<http://www.hku.hk/cupem/apsa/>

Associação das escolas similar à AESOP, criada em 1993 em Hong Kong
Agrupando universidades e institutos do Bangladesh, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Coreia, Malásia, Singapura, Sri Lanka, Filipinas, Paquistão, República Popular da China, Taiwan, Tailândia e Vietname

**APERAU: Association pour la Promotion de l'Enseignement
et de la Recherche en Aménagement et Urbanisme**

<http://www.aperau.org/>

A Associação para a promoção do Ensino e da Investigação em Ordenamento e Urbanismo agrupa 25 universidades que promovem o ensino do urbanismo em países de francófonos: França, Canadá, Bélgica, Marrocos e Líbano

APA: American Planning Association

<http://www.planning.org/>

A APA resultou da fusão do American Institute of Planners fundado em 1917 e da American Society of Planning Officials fundada em 1934. Integra o American Institute of Certified Planners (AICP) que se ocupa das questões profissionais certificando os profissionais com formação específica

AETU: Asociación Española de Técnicos Urbanistas

<http://www.aetu.es>

Associação fundada em 1981.

Los Estatutos que rigen AETU y que la hacen un organismo moderno y democrático prevén la integración directa como miembros de número de todos aquellos que estén en posesión del Diploma de Técnico Urbanista, expedido por el Instituto Nacional para las Administraciones Públicas (INAP), o por las Escuelas Regionales, así como de aquellas otras personas, mediante otro procedimiento, que se hayan distinguido o desarrollen su actividad profesional en el campo del Urbanismo.

CIP: Canadian Institute of Planners

ICU: Institut Canadien des Urbanistes

<http://www.cip-icu.ca/>

Fundado 1919, o instituto Canadano de Urbanistas promove a prática responsável do Urbanismo no Canadá.

«Urbanisme» désigne l'aménagement scientifique, esthétique et ordonné du territoire, des ressources, des installations et des services en vue d'assurer l'utilisation efficace des ressources physiques, économiques et sociales ainsi que la santé et le mieux-être des collectivités urbaines et rurales.

RTPI: Royal Town Planning Institute

<http://www.rtpi.org.uk>

Principal organização britânica que Promove o desenvolvimento do Planeamento Urbano e foi criada em 1914.

SFU: Société Française des Urbanistes

<http://www.urbanistes.com/>

Fondée en 1911, é uma associação composta por urbanistas profissionais de diferentes origens e estatutos e tem por objectivo promover o urbanismo

BIBLIOGRAFIA DE REFÊNCIA PUBLICADA EM LINGUA PORTUGUESA:

- ARAÚJO, R., ROSSA, W., MÉNDEZ, P., & GUTIÉRREZ, R.. (Coord.). **Bibliografia Ibero –Americana da História do Urbanismo e da Urbanística 1415-1822**, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000
- ARGAN, G., *História da Arte como História da Cidade*, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1993
- BENEVOLO, L., MELOGRANI, C. & LONGO, T. **Projectar a Cidade Moderna**, Editorial Presença, 1980
- BORDALO, Ana. **Direito para Urbanismo** 2 Vols., Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2001
- CARITA, Helder . **Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)**, col. “Cidade de Lisboa”, Livros Horizontes, Lisboa, 1999
- CHOAY, Françoise, **O urbanismo**, Editora Perspectiva, São Paulo, 2000
- DEL RIO, V., **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planeamento**, Pini Editora, São Paulo, 1990
- DELFANTE, Charles, **A grande História da Cidade**, Instituto Piaget, Lisboa, 2000
- GUEDDES, Patrick, *A cidade em Evolução*, Papirus Editora, São Paulo, s/d
- LAMAS, J. M., **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**, Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, Lisboa, 1993
- LE CORBUSIER, **Urbanismo**, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1992
- LYNCH, K., **A Imagem da Cidade**, Edições 70, Lisboa, 1989
- MAUSBACH, Hans, **Urbanismo Contemporâneo**, Editorial Presença, Lisboa, 1981
- MENDES, Maria Clara, **O planeamento urbano na Comunidade Europeia, Evolução e tendências**, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1990
- SALGUEIRO, T., B., **Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana**, Lisboa, 1992
- SIDÓNIO, P., COSTA LOBO, M., CORREIA, P., **Normas Urbanísticas**, 4 vols., Universidade técnica de Lisboa, Lisboa, 2000
- TEIXEIRA, Manuel & VALLA, Margarida, **O urbanismo Português – séc. XIII-XVIII**, Livros horizontes, Lisboa, 1999

VARANDA, F., **Compêndio Elementar de Prática de Urbanismo**, Universidade Lusófona, Lisboa, 1999

FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

Fig.nº	Fonte
22, 23, 24	Biblioteca da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
19	Centre Urbain de Val d'Europe, Epafrance, Paris, 1990
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	DELFANTE, Charles, A grande História da Cidade , Instituto Piaget, Lisboa, 2000
10, 14, 15, 16, 18,	RIMSHA, A., Town Planning in Hot Climates , Edições Mir, Moscovo, 1976
11, 12, 13,	MERLIN, P., L'Urbanisme , PUF, Paris 1991
	Saint Quentin en Yvelines, Histoire d'une ville nouvelle , Dottelonde, P., Cliomedia, Tours, 1993
21	Cergy-Pontoise: 20 ans d'aménagement de la ville , 1969-1989, Editions Moniteur Images, Paris 1989
17,	VARANDA, F., Compêndio Elementar de Prática de Urbanismo , Universidade Lusófona, Lisboa, 1999
20	Revista Visão, nº 413. 8 /14 Fevereiro 2001

Lista de figuras

1	Teotihuacúan. Plano de conjunto
2	Priene. Plano de conjunto
3	Bizâncio. Plano do bairro do Palácio Imperial (segundo J. Ebersolt)
4	Rotemburgo. Plano da cidade
5	Veneza. Praça de São Marcos. Evolução nos Tempos
6	Roma. A Piazza del Popolo
7	Florença. O eixo monumental
8	Roma. O plano de Sisto V
9	Bath. O Royal Crescent, o Circus e Queen Square
10	E. Howard. Cidade Jardim, vista panorâmica
11	Planta de Welwyn. Cidade Jardim. Louis de Soissons (1920)
12	Palmanova. Cidade Fortaleza do Renascimento. Plano de Scamorzzi
13	Plano da cidade de 3 milhões de habitantes (Le Corbusier, 1922)
14	Chandigarh, Índia. Plano.
15	Chandigarh, Índia. Centro governamental. Plano
16	Brasília, Brasil. Plano
17	Os anéis de Radburn, de Stein & Wright
18	Cidade Tri-dimensional. Fraguamento da fachada e vista geral. P. Meimont.
19	Plano para Barcelona de Cerda
20	Costa da Caparica. Projecto de Cassiano Branco
21	Plano do Grande-Eixo, Cergy- Pontoise
22	Plano de Pormenor: Ericeira. Estudos e proposta do projecto de fim de Curso de Licenciatura em Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Susana Palha
23	Plano de Pormenor: Samouco. Estudos e proposta do projecto de fim de Curso de Licenciatura em Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Rute Vaz
24	Plano de Pormenor: Ligação Cidade- Tejo. Estudos e proposta do projecto de fim de Curso de Licenciatura em Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Silvia Pimenta
25	